

Gênese e Análises da ACE



ORGANIZADORES

**CÉLIO FERNANDO BEZERRA MELO
LAURO CHAVES NETO
RICARDO AQUINO COIMBRA
RICARDO ELEUTÉRIO ROCHA**



LAURO CHAVES NETO

(PATRONO BARÃO DE CAMOCIM)

LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA

(PATRONO NILSON HOLANDA)

PEDRO SISNANDO LEITE

(PATRONO JOSÉ NICÁCIO DE OLIVEIRA)

RICARDO ELEUTÉRIO ROCHA

(PATRONO CELSO FURTADO)

RAIMUNDO FRANCISCO PADILHA SAMPAIO

(PATRONO VIRGÍLIO DE MORAES FERNANDES TÁVORA)

JOSÉ MARIA PORTO MAGALHÃES SOBRINHO

(PATRONO FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO)

RICARDO AQUINO COIMBRA

(PATRONO EDSON QUEIROZ)

CÉLIO FERNANDO BEZERRA MELO

(PATRONO DELMIRO GOUVEIA)

JAIR DO AMARAL FILHO

(PATRONO JOSÉ MACÊDO)

ALCI PORTO GURGEL JÚNIOR

(PATRONO TOMÁS POMPEU DE SOUSA BRASIL NETO)

PAULO ROBERTO PINTO

(PATRONO MARTINS FILHO)

FIRMO DE CASTRO

(PATRONO ARI DE SÁ CAVALCANTE)

PEDRO JORGE RAMOS VIANA

(PATRONO DEMÓCRITO DUMMAR)

MONICA CLARK NUNES

(PATRONO JOÃO PARENTE)

LUÍS EDUARDO FONTENELE BARROS

(PATRONO DJACIR MENEZES)

HENRIQUE MARINHO

(PATRONO CLÁUDIO FERREIRA LIMA)

SILVANA PARENTE

(PATRONO RACHEL DE QUEIROZ)

MÔNICA ALVES AMORIM

(PATRONO BÁRBARA PEREIRA DE ALENCAR)

ADRIANO SARQUIS

(PATRONO RAUL BARBOSA)

SÉRGIO SILVEIRA DE MELO

(PATRONO JOÃO GONÇALVES DE SOUSA)

CONSELHO EDITORIAL

CÉLIO FERNANDO BEZERRA MELO

HENRIQUE MARINHO

JOSÉ MARIA PORTO

LAURO CHAVES NETO

MARCOS ALBERTO DE OLIVEIRA VIEIRA

MÔNICA A. AMORIM

PEDRO JORGE RAMOS VIANNA

RICARDO AQUINO COIMBRA

RICARDO ELEUTÉRIO ROCHA

REVISÃO

RICARDO ELEUTÉRIO ROCHA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A168G ACADEMIA CEARENSE DE ECONOMIA.

GÊNESE E ANÁLISES DA ACE / ORGANIZADORES

CÉLIO FERNANDO BEZERRA MELO, LAURO CHAVES NETO,

RICARDO AQUINO COIMBRA, RICARDO ELEUTÉRIO ROCHA.

— FORTALEZA : GRÁFI CA LCR, 2025.76 P. ; 21X29,7 CM.

ISBN: 978-85-7915-616-8

1. ECONOMIA. 2. PANORAMA SOCIOECONÔMICO. I.

TÍTULO.

CDD 330

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR FRANCISCA WILIANE. CRB-3 - CE-001597/O

ENTRE EM CONTATO FALE CONOSCO

+55 (85) 3486-2034 WHATSAPP +55 (85) 99135-3349

[@academia_cearense_de_economia](https://www.instagram.com/academia_cearense_de_economia)

contato@academiacearensedeconomia.com.br

APRESENTAÇÃO

A Academia Cearense de Economia (ACE), criada em 21 de janeiro de 2020 e composta por 20 membros efetivos, tem a honra de apresentar a edição de “Gênese e Análises da ACE” do ano de 2025. Esta publicação reúne artigos que exploram temas de natureza conjuntural e estrutural da economia brasileira e internacional, com um enfoque especial na economia regional. Nesta edição inaugural de 2025, os artigos elaborados por acadêmicos cearenses oferecem uma rica diversidade de perspectivas e análises sobre questões econômicas atuais.

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, O Nordeste e a Retomada de uma Nova Convenção Desenvolvimentista, explora a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento para o Nordeste do Brasil, destacando a importância de políticas públicas que promovam a inclusão social e o crescimento econômico sustentável. Ele argumenta que, para romper o ciclo de pobreza e desigualdade que afeta a região, é essencial integrar estratégias de desenvolvimento que envolvam tanto o setor público quanto o privado. O autor sugere que o Nordeste deve se beneficiar de investimentos em infraestrutura, tecnologia e educação, além de promover a cooperação entre estados e municípios para otimizar recursos e esforços. Menezes enfatiza que a implementação de um plano de desenvolvimento regional deve considerar as especificidades culturais e econômicas do Nordeste, valorizando suas

potencialidades e recursos naturais. Ele também destaca a importância de políticas que incentivem a inovação e o empreendedorismo, criando um ambiente favorável para o surgimento de novos negócios e oportunidades de emprego. Ao final, o autor conclui que, com uma abordagem integrada e inclusiva, o Nordeste pode se tornar um motor de desenvolvimento para o Brasil, contribuindo significativamente para o crescimento econômico do país como um todo.

Alci Porto, “A Economia e as Crises”, analisa as crises econômicas que marcaram a história do Brasil, desde a Primeira Guerra Mundial até a pandemia de COVID-19. Ele destaca como cada uma dessas crises impactou a economia brasileira, transformando sua estrutura e influenciando as políticas públicas. Porto argumenta que as crises econômicas são inevitáveis, mas que a forma como um país responde a elas pode determinar seu futuro econômico. Ele enfatiza a importância de políticas públicas eficazes e de um sistema econômico resiliente que possa se adaptar rapidamente às mudanças e desafios. O autor também discute a necessidade de diversificação econômica e de investimentos em setores estratégicos para mitigar os impactos das crises. Além disso, Porto sugere que a colaboração entre o governo, o setor privado e a sociedade civil é essencial para enfrentar as crises de forma eficaz. Ele conclui que, embora as crises possam ser devastadoras, elas também oferecem oportunidades para a inovação e a transformação econômica. Ao aprender com as lições do passado, o Brasil pode desenvolver estratégias mais robustas para enfrentar futuras crises e promover um crescimento econômico sustentável e inclusivo.

Célio Fernando Bezerra Melo, “Do Milagre das Lamparinas ao Novo Iluminismo da Terra da Luz”, traça um paralelo entre eventos históricos e o potencial de transformação econômica e social no Ceará. Ele revisita o

"Milagre das Lamparinas", um evento que simboliza a resiliência e a inovação em tempos de adversidade, e propõe um "Novo Iluminismo" para a região. Melo argumenta que o Ceará tem uma rica história de líderes visionários e ideias inovadoras que podem inspirar um futuro mais sustentável e próspero. Ele sugere que a região deve aproveitar suas tradições culturais e recursos naturais para desenvolver um modelo econômico que priorize a justiça social e a sustentabilidade ambiental. O autor destaca a importância de investir em educação e tecnologia como motores de desenvolvimento, além de promover políticas públicas que incentivem a inclusão social e a equidade econômica. Melo conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inovadora, o Ceará pode se tornar um exemplo de desenvolvimento sustentável, contribuindo para o bem-estar de seus habitantes e para o progresso econômico do Brasil.

Gonzaga Mota "O Estudo da Economia" revisita as principais escolas do pensamento econômico, destacando suas contribuições para a compreensão da realidade econômica e social. Ele explora como diferentes teorias econômicas, desde o mercantilismo até o keynesianismo, moldaram as políticas econômicas ao longo do tempo. Mota argumenta que o estudo da economia é essencial para entender as complexidades do mundo moderno e para formular políticas que promovam o bem-estar social. Ele enfatiza a importância de uma abordagem interdisciplinar que combine insights da filosofia, sociologia e matemática para desenvolver soluções eficazes para os desafios econômicos. O autor também discute a evolução do pensamento econômico no Brasil, destacando as contribuições de economistas nacionais para o desenvolvimento do país. Mota conclui que, ao compreender as raízes históricas e teóricas da economia, os formuladores de políticas podem criar estratégias mais informadas e eficazes para enfrentar os desafios econômicos contemporâneos.

Henrique Marinho, “Novos Paradigmas para a Economia Mundial”, discute as mudanças nos paradigmas econômicos globais, destacando a necessidade de novas abordagens para enfrentar os desafios da globalização, sustentabilidade e desigualdade econômica. Ele argumenta que a economia mundial está em um ponto de inflexão, onde os modelos tradicionais de crescimento e desenvolvimento estão sendo questionados. Marinho sugere que é necessário adotar uma abordagem mais holística e sustentável, que considere não apenas o crescimento econômico, mas também o bem-estar social e a saúde ambiental. Ele destaca a importância de políticas que promovam a inovação e a inclusão social, além de incentivar a cooperação internacional para enfrentar desafios globais como as mudanças climáticas e a desigualdade econômica. O autor conclui que, ao adotar novos paradigmas econômicos, o mundo pode criar um futuro mais justo e sustentável para todos.

José Maria Porto Magalhães Sobrinho, “O Avanço da Tecnologia e o Futuro do Emprego” aborda o impacto da tecnologia no mercado de trabalho, explorando como a automação e a digitalização estão transformando o emprego. Ele argumenta que, embora a tecnologia possa aumentar a eficiência e a produtividade, ela também apresenta desafios significativos para o emprego, especialmente em setores tradicionais. Porto sugere que é essencial investir em políticas de qualificação profissional e educação continuada para preparar a força de trabalho para as demandas do futuro. Ele destaca a importância de criar um ambiente de trabalho que valorize a inovação e a criatividade, além de promover a inclusão social e a equidade econômica. O autor conclui que, ao adotar uma abordagem proativa e inclusiva, o Brasil pode transformar os desafios tecnológicos em oportunidades de crescimento econômico e social.

Luís Eduardo Fontenelle Barros, “Reflexões sobre a Desigualdade no Brasil”, analisa a desigualdade no Brasil, destacando a necessidade de reformas estruturais para promover a justiça social e a inclusão econômica. Ele argumenta que a desigualdade é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável do país e que políticas públicas eficazes são essenciais para enfrentar esse desafio. Barros sugere que é necessário investir em educação de qualidade, saúde e infraestrutura para reduzir as disparidades sociais e econômicas. Ele também destaca a importância de políticas fiscais progressivas que garantam uma distribuição mais equitativa da riqueza. O autor conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inclusiva, o Brasil pode criar um futuro mais justo e próspero para todos os seus cidadãos.

Mônica A. Amorim, “As Origens da “Nova Economia” e as oportunidades para o Desenvolvimento”, explora o conceito de "Nova Economia", destacando as oportunidades que ela oferece para o desenvolvimento sustentável e a inovação econômica no Brasil. Ela argumenta que a Nova Economia, caracterizada pela digitalização e pelo uso intensivo de tecnologia, pode impulsionar o crescimento econômico e a inclusão social. Amorim sugere que é essencial investir em infraestrutura tecnológica e educação para preparar o Brasil para as demandas da Nova Economia. Ela também destaca a importância de políticas que incentivem a inovação e o empreendedorismo, criando um ambiente favorável para o surgimento de novos negócios e oportunidades de emprego. A autora conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inovadora, o Brasil pode se tornar um líder na Nova Economia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade econômica.

Mônica Clark, “Escolhas Governamentais: Uma Base Sólida”, discute a importância de escolhas governamentais bem fundamentadas para a estabilidade econômica e social, enfatizando a necessidade de boa governança e transparência. Ela argumenta que políticas públicas eficazes são essenciais para promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Clark sugere que é necessário adotar uma abordagem integrada que considere as necessidades e aspirações da população, além de promover a cooperação entre os setores público e privado. Ela destaca a importância de investir em infraestrutura, educação e saúde como pilares do desenvolvimento econômico e social. A autora conclui que, ao adotar uma abordagem proativa e inclusiva, o governo pode criar um ambiente favorável para o crescimento econômico e a prosperidade social.

Paulo Roberto Coelho Pinto, “Economia: Reflexão do Presente e Futuro - Paulo Roberto Coelho Pinto”, oferece uma reflexão sobre o estado atual da economia brasileira e as perspectivas futuras, destacando os desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável. Ele argumenta que, embora o Brasil enfrente desafios econômicos significativos, também possui um potencial considerável para o crescimento e a inovação. Pinto sugere que é essencial adotar políticas públicas que promovam a inclusão social e a equidade econômica, além de incentivar a inovação e o empreendedorismo. Ele destaca a importância de investir em educação e infraestrutura como motores do desenvolvimento econômico e social. O autor conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inovadora, o Brasil pode transformar seus desafios em oportunidades de crescimento e prosperidade.

Pedro Jorge Ramos Vianna, “Dado o Presente, Qual o Futuro do Brasil?” analisa os desafios econômicos enfrentados pelo Brasil e propõe estratégias para um futuro mais próspero e equitativo. Ele argumenta que, para alcançar um desenvolvimento sustentável, é essencial adotar políticas públicas que

promovam a inclusão social e a equidade econômica. Vianna sugere que é necessário investir em educação, saúde e infraestrutura para criar um ambiente favorável ao crescimento econômico e social. Ele também destaca a importância de políticas fiscais progressivas que garantam uma distribuição mais equitativa da riqueza. O autor conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inclusiva, o Brasil pode criar um futuro mais justo e próspero para todos os seus cidadãos.

Pedro Sisnando Leite, “O Crescimento Econômico Brasileiro” , discute as tendências de crescimento econômico no Brasil, destacando a importância de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Ele argumenta que, embora o Brasil tenha um potencial significativo para o crescimento econômico, é essencial adotar políticas públicas que incentivem a inovação e o empreendedorismo. Leite sugere que é necessário investir em educação e infraestrutura para criar um ambiente favorável ao crescimento econômico e social. Ele também destaca a importância de políticas fiscais progressivas que garantam uma distribuição mais equitativa da riqueza. O autor conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inovadora, o Brasil pode transformar seu potencial econômico em realidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a prosperidade econômica.

Raimundo Padilha, “As Bolsas de Valores e o Financiamento do Desenvolvimento”, analisa o papel das bolsas de valores como instrumentos de financiamento para o desenvolvimento econômico, destacando sua importância para a geração de emprego e renda. Ele argumenta que as bolsas de valores são essenciais para a mobilização de recursos financeiros e para o incentivo à inovação e ao empreendedorismo. Padilha sugere que é necessário criar um ambiente regulatório que promova a transparência e a confiança no mercado de capitais, além de incentivar a participação de investidores institucionais e individuais. Ele também destaca a importância

de políticas que incentivem o desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros, criando oportunidades de investimento para empresas e indivíduos. O autor conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inovadora, as bolsas de valores podem desempenhar um papel crucial no desenvolvimento econômico sustentável e na prosperidade social.

Ricardo Aquino Coimbra, "A Importância do Investimento Público na Economia Cearense", discute o papel crucial do investimento público para o crescimento econômico e social do Ceará, enfatizando a necessidade de políticas fiscais eficazes. Ele argumenta que o investimento público é essencial para o desenvolvimento de infraestrutura, educação e saúde, que são pilares do crescimento econômico e social. Coimbra sugere que é necessário adotar uma abordagem integrada que considere as necessidades e aspirações da população, além de promover a cooperação entre os setores público e privado. Ele destaca a importância de políticas que incentivem a inovação e o empreendedorismo, criando um ambiente favorável para o surgimento de novos negócios e oportunidades de emprego. O autor conclui que, ao adotar uma abordagem proativa e inclusiva, o governo pode criar um ambiente favorável para o crescimento econômico e a prosperidade social.

Ricardo Eleutério Rocha, "O Futuro está Contido no Passado", explora como lições do passado podem informar estratégias futuras para o desenvolvimento econômico sustentável no Brasil. Ele argumenta que, ao compreender as raízes históricas e teóricas da economia, os formuladores de políticas podem criar estratégias mais informadas e eficazes para enfrentar os desafios econômicos contemporâneos. Rocha sugere que é essencial adotar uma abordagem interdisciplinar que combine insights da filosofia, sociologia e matemática para desenvolver soluções eficazes para os desafios econômicos. Ele destaca a importância de políticas que promovam a inclusão social e a equidade econômica, além de incentivar a inovação e o empreendedorismo.

O autor conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inovadora, o Brasil pode transformar seus desafios em oportunidades de crescimento e prosperidade.

Sérgio Silveira Melo, “Princípio Constitucional da Isonomia e da Capacidade Contributiva Promovendo o Ciclo Econômico Virtuoso”, discute a importância da justiça tributária como um pilar para o desenvolvimento econômico equitativo e sustentável. Ele argumenta que o sistema tributário deve ser progressivo, garantindo que a carga tributária seja distribuída de forma justa entre os diferentes segmentos da sociedade. Melo sugere que é necessário adotar políticas fiscais que incentivem a inclusão social e a equidade econômica, além de promover a transparência e a confiança no sistema tributário. Ele destaca a importância de políticas que incentivem a inovação e o empreendedorismo, criando um ambiente favorável para o surgimento de novos negócios e oportunidades de emprego. O autor conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inovadora, o sistema tributário pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento econômico sustentável e na prosperidade social.

Silvana Parente, “Nova Economia para Todos”, explora a necessidade de uma nova economia que promova a justiça social, a sustentabilidade e a democracia econômica, destacando o papel da inovação e da tecnologia. Ela argumenta que a nova economia deve ser inclusiva e equitativa, garantindo que todos os segmentos da sociedade tenham acesso às oportunidades econômicas. Parente sugere que é essencial adotar políticas públicas que incentivem a inovação e o empreendedorismo, além de promover a cooperação entre os setores público e privado. Ela destaca a importância de investir em educação e infraestrutura como motores do desenvolvimento econômico e social. A autora conclui que, ao adotar uma abordagem integrada e inovadora, a nova economia pode criar um futuro mais justo e próspero para todos os cidadãos.

A presente publicação destaca-se como um espaço plural e dinâmico, onde a liberdade de opinião é não apenas valorizada, mas também incentivada. Acolhemos reflexões de acadêmicos que representam diversas correntes do pensamento econômico, promovendo um diálogo enriquecedor e multifacetado. É importante ressaltar que as opiniões expressas pelos articulistas são de sua exclusiva responsabilidade e não refletem, necessariamente, a posição institucional da Academia Cearense de Economia (ACE).

Os trabalhos aqui apresentados são testemunhos da excelência e do vigor intelectual dos nossos membros, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento econômico e para o debate sobre questões cruciais que afetam nossa sociedade. A ACE tem um compromisso contínuo com a qualidade e a relevância das pesquisas que promove e publica.

Além disso, a Academia está sempre aberta a novas contribuições e convida pesquisadores e acadêmicos a submeterem seus trabalhos para futuras edições. Nosso objetivo é expandir ainda mais este espaço de discussão, integrando novas perspectivas e insights que possam enriquecer o entendimento das complexas dinâmicas econômicas contemporâneas. Acreditamos que, através da colaboração e do intercâmbio de ideias, podemos contribuir para um futuro mais próspero e equitativo. Boa leitura!

Conselho Editorial

SUMÁRIO

4	APRESENTAÇÃO
15	ARTIGOS
16	Prefácio A Relevância da Academia Cearense de Economia! <i>Lauro Chaves Neto</i>
18	O Nordeste e a retomada de uma nova convenção desenvolvimentista <i>Adriano Sarquis Bezerra de Menezes</i>
21	A economia e as crises <i>Alci Porto</i>
23	Do Milagre das lamparinas ao novo humanismo da terra da luz <i>Célio Fernando Bezerra Melo</i>
28	O estudo da Economia <i>Gonzaga Mota</i>
30	Novos paradigmas para a economia mundial <i>Henrique Marinho</i>
32	O Avanço da Tecnologia e o Futuro do Emprego <i>José Maria Porto Magalhães Sobrinho</i>
36	Reflexões sobre a desigualdade no Brasil <i>Luís Eduardo Fontenelle Barros</i>
38	As Origens da “Nova Economia” e oportunidades para o desenvolvimento <i>Mônica A. Amorim</i>
41	Escolhas governamentais: uma base sólida <i>Mônica Clark</i>
43	Economia: Reflexão do presente e futuro <i>Paulo Roberto Coelho Pinto</i>
45	Dado o presente, qual o futuro do Brasil? <i>Pedro Jorge Ramos Vianna</i>
47	O crescimento econômico brasileiro <i>Pedro Sisnando Leite</i>
50	As bolsas de valores e o financiamento do desenvolvimento <i>Raimundo Padilha</i>
53	A importância do investimento público na economia cearense <i>Ricardo Aquino Coimbra</i>
55	O futuro está contido no passado <i>Ricardo Eleutério Rocha</i>
57	Princípio constitucional da isonomia e da capacidade contributiva promovendo o ciclo econômico virtuoso <i>Sérgio Silveira Melo</i>
59	Nova Economia para todos <i>Silvana Parente</i>
61	Acadêmicos
81	Anexos
88	Ata de criação da Academia Cearense de Economia
92	Estatuto da Academia Cearense de Economia



ARTIGOS

PREFÁCIO

A Relevância da Academia Cearense de Economia

Lauro Chaves Neto

A atuação da Academia Cearense de Economia deve ser ressaltada pela importância do Economista em todas as fases da nossa história e das transformações sociais, faz-se necessário reforçar que a evolução da humanidade sempre esteve entrelaçada com a formulação de políticas para a geração e a distribuição da riqueza, quer seja no âmbito público dos governos, quer seja na esfera das empresas privadas.

A atuação do Economista na sociedade é explicada tanto por sua complexa formação acadêmica, quanto pela diversidade de sua atuação profissional. A estrutura da formação acadêmica permite conciliar o sólido raciocínio lógico e matemático dos engenheiros à capacidade de reflexão e argumentação dos advogados, à formulação da análise crítica dos sociólogos e filósofos, à compreensão da gênese dos fenômenos como os historiadores, além da visão territorial e espacial dos arquitetos e geógrafos.

A ação do profissional pode ser segmentada segundo suas esferas, pública ou privada, ou de acordo com a análise dos seus impactos na sociedade. Na esfera governamental, o Economista age na elaboração de Planos Estratégicos para a promoção do Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável; na formulação, implantação e avaliação das Políticas Públicas; na gestão das Finanças, entre outras vertentes.

As empresas privadas têm o seu crescimento e competitividade dinamizados e potencializados pela ação dos Economistas na formulação dos seus Planos Estratégicos, na gestão do Fluxo de Caixa e Orçamento, na apuração dos Custos, na elaboração de Cenários Alternativos, nas decisões sobre a Política de Investimentos, entre outros.

Essa diversidade de habilidades, ao mesmo tempo em que amplia as oportunidades profissionais, obriga aos professores e estudantes de Economia a operacionalizarem um pacto pela excelência, nem sempre existente no mundo real. Excelência na formação e atualização dos professores, conciliando tanto um sólido conhecimento conceitual como uma visão prática de suas aplicações nas esferas pública e privada.

Nesse contexto, a Academia Cearense de Economia proporciona um fórum de debates e produção literária econômica sobre os mais variados eixos conceituais e vertentes políticas da ciência econômica.

Lauro Chaves Neto é Professor da UECE, PHD pela Universidade de Barcelona, Presidente da Academia Cearense de Economia e Conselheiro Federal de Economia.

De ponto de vista conceitual define-se convenção como o conjunto de crenças compartilhado coletivamente, que tem um papel importante na mobilização da sociedade em torno dos objetivos do desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma regra comportamental, cujas características envolvem a participação da sociedade e a crença de que a convenção estabelece uma correta seleção dos problemas existentes, com o receituário das respectivas soluções. No entanto, uma convenção desenvolvimentista pode seguir diferentes trilhas, que são moldadas conforme o seu conteúdo cognitivo, composto de conhecimentos codificados, oriundos de teorias econômicas, sociais e políticas, e de conhecimentos tácitos associados às percepções dos indivíduos sobre como melhorar o ambiente onde vivem, com base em suas experiências acumuladas.

No caso brasileiro, duas convenções desenvolvimentistas têm disputado de forma cíclica a hegemonia do poder, com agendas diferenciadas para atuação do Estado na economia, formatadas a partir de seus respectivos conteúdos cognitivos e das crenças de seus apoiadores. Nos anos noventa, a convenção de desenvolvimento neoliberal foi hegemônica, alicerçada no Consenso de Washington, sendo fundamentada pela visão neoclássica, centrada na importância do papel do mercado como mecanismo propulsor da inovação e do crescimento econômico.

Agora, sob o terceiro mandato do Governo Lula, uma nova convenção desenvolvimentista se estabelece, com uma concepção programática de natureza mais inclusiva do ponto de vista econômico e social, com elevação das taxas de crescimento econômico e emprego, impulsionadas pelo forte intervencionismo Estatal.

Essa nova convenção tenta traduzir um sentimento geral de retomada do crescimento econômico com base em um modelo de Estado do bem-estar social. Para tanto, as estratégias do governo se apoiam em seis prioridades: combate à fome e redução das desigualdades; educação básica; atenção primária e especializada em saúde; reindustrialização, trabalho, emprego e renda; novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática.

O grande desafio é entender como o Nordeste vai ser inserido no escopo dessas estratégias federais, que formam a estrutura dessa nova convenção desenvolvimentista, tendo em vista a forte dependência da Região de investimentos da União. No caso do PAC, estão previstos R\$ 700 bilhões (a segunda maior verba desse Programa) para o Nordeste, a serem direcionados para obras prioritárias para a região, como a infraestrutura de modais de transporte, ou seja, a conclusão de duplicações em rodovias federais, ferrovia transnordestina e ferrovia de Integração Oeste-Leste; segurança hídrica e o Minha Casa Minha Vida. Além do PAC, o Governo Federal também lançou uma nova estratégia industrial, orientada por missões, associadas a importantes setores da nova economia, como: cadeias agroindustriais; complexo econômico industrial de saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis; transformação digital; bioeconomia, descarbonização e transição energética; e tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Portanto, o Nordeste deve aproveitar essa nova convenção desenvolvimentista para assumir um novo protagonismo no desenvolvimento nacional, a partir do aproveitamento, de forma competitiva, das inúmeras oportunidades econômicas e tecnológicas existentes na região. Para isso, precisa contar

com a disposição para lutar de todos os atores políticos, sociais e empresariais que compartilham dessa mesma crença que coloca o Estado como elemento indispensável para promover as grandes transformações estruturais que a região precisa para quebrar o círculo vicioso da pobreza e desigualdade e ingressar no patamar das regiões competitivas.

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes é economista



Observando a evolução da economia brasileira, percebe-se que, a exemplo do que aconteceu nos outros países, ela foi nitidamente afetada, década a década, pelos mais variados eventos, que impactaram, expressivamente, áreas como estrutura, controle da inflação e o endividamento, interno e externo. Choques que transformaram a nossa forma de viver, produzir e consumir.

Crises como as provocadas pela Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918); a Grande Depressão- que levou à queda das ações da Bolsa de Valores de Nova York, em 29 de outubro de 1929; a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945); a crise da dívida dos países da América Latina (1980); a bolha imobiliária e das ações no Japão, em 1985; a crise dos mercados emergentes, em 1994 e a crise mundial do subprime, em 2008. Todas deixaram marcas, mas nos obrigaram a avançar.

Isso, sem incluir a nossa crise atualíssima: a invasão da Ucrânia pela Rússia, em curso e sobre a qual é impossível prever duração, magnitude e consequências, tanto para os sobreviventes- sejam pessoas, países e organizações-, como para o mundo.

Em todas essas ocasiões o governo brasileiro buscou se empenhar na solução dos problemas do País. E é nesse ponto que entram as minhas reflexões sobre a repercussão da pandemia da Covid-19, no que se refere ao impacto na Economia Global e suas consequências. Em todos os momentos históricos os papéis dos Governos foram fundamentais, e no

Brasil não é diferente. Medidas de políticas públicas recentes como a reforma da previdência, a trabalhista, o destravamento da infernal burocracia estatal dentre outras, trouxeram mais musculatura para as medidas de retomada da economia.

A pandemia encontrou o País em pleno processo de reestruturação de importantes áreas como Saúde, Educação, Meio Ambiente e assistência à pobreza, como o Bolsa Família- que deve ser instrumento de inserção econômica dos mais frágeis no ambiente social e econômico.

Isso posto, o desafio que se apresenta é a recuperação dessas estruturas, ainda em segundo plano, e fazer com que o Governo Federal lidere a articulação das causas sociais e econômicas, de forma que consigamos retomar o rumo do desenvolvimento econômico justo e sustentável.

Alci Porto é Economista e Acadêmico da Academia Cearense de Economia



O Ceará foi sempre marcado por muitos talentos com atuação nacional na economia política e líderes que empunharam espadas em momentos de trevas para ideias iluminadas que pudessem encontrar novos equilíbrios nos movimentos sociais e econômicos. Foram muitos os cearenses que mudaram ou influenciaram o curso da história, seja na abolição dos escravos - antecipada na cidade de Redenção, seja no regime militar de 64 - com Castelo Branco, até o Araguaia - com José Neto. Para o bem ou para o mal, dependendo do ponto de vista, muitos dos ilustres do passado fizeram a diferença na luta por suas crenças.

Na esfera religiosa, Pe. Cícero tirou a fome de uma família com o milagre iluminado das lamparinas. Na cultura, nomes como Raquel de Queiroz, José de Alencar, Domingos Olímpio, Adolfo Caminha, Patativa do Assaré e outros iluminados retrataram, em seus romances, as secas e misérias na história econômica e social de um povo assolado por intempéries que lhes trouxeram tantas mazelas. Retratos de um interior dominado por muitos grupos políticos que tem culto à posse do Estado e sacrificam inclusive suas riquezas. Assim, aprendemos os significados do coronelismo, dos jagunços e de domínios da “entourage”, que cercam a maioria das crônicas do mundo moderno e o contraste dos atrasos.

O curso da história mundial não foi diferente no que diz respeito à característica milenar dos impérios. A seca foi fenômeno do antigo Egito, revelada nos tempos de vacas magras e das vacas gordas do sonho do Faraó (Genesis 41.4) lido por José, em 1500 a.c., conseguiu ser eficiente na gestão dos

recursos na abundância e também na escassez. Os momentos de crises sempre alternaram as forças de poder, sejam nas conquistas ou nas revoluções.

Desde a pobreza avassaladora e impostos extorsivos que levaram à Revolução Francesa até eventos mais recentes como a construção de um “estado forte” no mercantilismo, alterado pelas visões liberais do século XIX. Doutra forma, novos conceitos introduzindo um “estado forte” como intervencionista na busca por alterar as expectativas nada animadoras da crise de 1929. O caminho foi árduo, culminando nas guerras de escala global e depois, na guerra fria, nas disputas regionais e locais, a exemplo do Vietnã e do Oriente Médio. Esgotava-se um ‘novo’ ciclo do Estado com o excessivo gasto público e se criavam as pré-condições para um novo liberalismo e/ou construções neoliberais contemporâneas e suas contradições.

Estas são as características de tantas disputas por riquezas e poder no mundo contemporâneo e evidências da narrativa Hobbesiana no Leviatã. O contexto histórico mostra uma alternância de liberalismos-Keynesianismos-neoliberalismos-neokeynesianismos repetindo-se em novos padrões dentro da dinâmica das relações econômicas e sociais. A natural ciclotimia ao longo do tempo é vista na literatura na ascensão e queda de impérios e nações, narradas por Paul Kennedy (1987) e John Darwin (2015).

A atual agenda traz políticas de confronto ao tamanho do Estado, via desestatizações, parcerias com o setor privado, em concessões, e maior abertura econômica, tanto na corrente de comércio, importações e exportações, como nos mecanismos que possam incentivar o investimento estrangeiro direto.

Nos anos 1980, o consenso de Washington liderado por Margareth Thatcher e Reagan, considerando as aberturas

econômicas, seguiu a mesma direção. Em meados dos anos 1990, uma nova aprendizagem, com Bill Clinton e Tony Blair, o liberalismo redesenhado cunha uma Terceira Via, o liberalismo social linha tênue com a social-democracia.

Os resultados entre a agenda atual do Governo brasileiro e os movimentos internacionais dos anos 80 e 90, embora semelhantes, não incluem ingredientes socioambientais da grande redefinição (great reset), cunhada por Klaus Schwab (WEF, 2020). A bioeconomia ganhou espaço na agenda global. Trata-se de usar adequadamente os recursos naturais e minimizar os desperdícios.

Em função do histórico déficit brasileiro em conta corrente e de uma maior indução às exportações, principalmente de commodities agrícolas, o mainstream traz uma contradição aos jacobinos: há ideologia por trás de ações econômicas dessa natureza? Provavelmente sim, mas as evidências mostram que o que existe mesmo são práticas políticas para uma sociedade que continua com precariedades e problemas estruturais ainda sem direcionamentos no longo prazo.

Os “projetos de poder” dissipam as discussões sobre o que seria melhor para a sociedade amanhã em detrimento de atender aos grupos de interesse ou ao fisiologismo político-partidário pela governabilidade imediata. Planejamentos ou planos de Estado não dão voto no curto prazo - talvez até por isso regimes políticos não democráticos ou com pouca participação e representatividade oferecem mais obras ‘a olho nu’, reforçando uma visão populista.

A doutrina em vigor busca maior abertura comercial e ausência de controle de preços de energia/combustível, câmbio livre, programas de maiores investimentos privados (não contraditórios à justiça social, com intenção de maior respeito à

liberdade de concorrência e às liberdades individuais), aplicação do conceito de mérito para ascensão a carreiras públicas e ao poder, ao invés do privilégio reforçam a retórica dos pilares neoliberais. Mas, quanto mais desigual é uma sociedade pior ela acaba ficando quando o Estado não consegue, por restrições financeiras e orçamentárias, cumprir seu papel básico. A discussão pode não chegar à conclusão sobre o que é melhor. No entanto, devemos refletir sobre como as escolhas dos governantes são postas e se controles sociais, para a transparência e ações contra a corrupção, podem reduzir os hiatos da sociedade.

Há ainda questões importantes a serem observadas, especificamente sobre preços justos, viabilidades econômico-financeiras dos equipamentos públicos colocados à iniciativa privada, a forma de financiamento por bancos públicos e a garantia do melhor funcionamento do Estado para a sociedade. Precisamos de caminhos claros para a política econômica local e federal. Já temos a incerteza global, o que torna necessário minimizar os riscos locais, e recuperar a capacidade do Estado em investir e, assim, atender às contumazes precariedades que atravessaram séculos sem solução, como atualmente, ainda, não se consegue universalizar o saneamento básico.

Nossa Terra não pode ter milagres como o das Lamparinas. Não podemos viver mais um ciclo de breu sem construções estruturais e investimentos importantes para alterar tantas precariedades.

Deve-se buscar corrigir as prioridades e não criar desequilíbrios econômicos, num cenário agravado por crises sanitária, econômica, social e político-institucional - a tal “tempestade mais que perfeita” vivida durante a pandemia.

Pensando bem, deve ser por essas reflexões que os realistas tratam os liberais por utópicos-idealistas. A compreensão das imperfeições do estado e do mercado é real e reflete a necessidade de cooperações e integrações para superar adversidades e encontrar novas realidades e modelos disruptivos que ofereçam local e globalmente postos de trabalho e geração de renda. É esse o espaço para o Desenvolvimento Sustentável no Novo Iluminismo e, quem sabe, para alcançarmos o desafio de sermos a nova Terra da Luz e da esperança.

Célio Fernando Bezerra Melo é Economista.



O pensamento econômico, ao longo do tempo, apresentou modificações significativas. Escolas como a Mercantilista, a Clássica, a Marxista, a Neoclássica, a Keynesiana, a Liberal, dentre outras, mostraram a importância da Filosofia e da Matemática na formação dos princípios e propostas de cada uma delas. Sem dúvida, em todas as escolas, destacaram-se as bases filosóficas objetivando o entendimento da realidade.

Já a Matemática foi utilizada, não em todas, com vistas a investigar relações abstratas e lógicas. Com certeza, o progresso econômico e a conscientização das pessoas motivaram o surgimento de teses na área econômica, abrangendo, também, conceitos de ordem política e social. Cientistas e estudiosos, cada um em sua época, como Adam Smith, Ricardo, Stuart Mill, Marx, Marshall e mais recentemente Keynes, Samuelson e Galbraith desenvolveram teorias fundamentadas em diretrizes filosóficas.

Por outro lado, Petty, Quesnay, Walras e Leontief, por exemplo, deram ênfase a conceitos matemáticos nas suas teses do equilíbrio econômico geral. A rigor, a Filosofia é dialética, ou seja, analisada como um processo que pode conduzir a discussões profundas, chegando até mesmo a rupturas.

A Matemática, no entanto, por ser uma ciência exata, é lógica, possuindo normas de raciocínio. Tanto a Filosofia como a Matemática são importantes na formação das pessoas responsáveis pela formulação de políticas econômicas. Vale lembrar Amartya Sen, em seu livro Desenvolvimento como Liberdade. Com relação ao Brasil dos últimos anos, a Ciência

Económica está mais próxima da Matemática do que da Filosofia. O que não é bom. As discussões e os debates estão se tomando instrumentos de retórica, não ampliando de forma desejada e adequada o pensamento existente. O pragmatismo, com raras exceções, tomou conta dos centros de estudo e pesquisa nacionais. Talvez o processo de globalização, comandado por oito países ricos, bem como a influência de instituições financeiras internacionais, estejam levando o restante do planeta Terra para uma situação indesejável, na base de centro-periferia. Como disse Celso Furtado: “O debate é saber se o Estado vai sobreviver no País, como suprir seu esvaziamento e que consequências esse processo terá para a sociedade”.

Gonzaga Mota, Prof. Aposentado da UFC



A teoria econômica vem passando por vários testes e redefinições desde o início do presente século. Os modelos macroeconômicos defendidos pelo Fundo Monetário Internacional de ajustes monetários e fiscais para resolver problemas de ajustes de balanço de pagamentos e controle da inflação têm sido discutidos frente aos novos desafios porque passam as economias dos principais países industrializados e em desenvolvimento com o processo de globalização das cadeias produtivas e de capitais internacionais.

A primeira crise econômica que abalou o mundo globalizado em 2008 exigiu novas respostas aos problemas surgidos com o crash do mercado financeiro americano.

A crise abalou toda a economia mundial, levando os países a enfrentarem problemas de recessão e até deflação por um bom período, e foram salvas por soluções monetárias e fiscais completamente diferentes das até então aceitas pela teoria econômica. Na época, os Bancos Centrais das principais economias praticaram elevadas expansões monetárias, na contramão do que se exige de uma autoridade monetária e os governos também praticaram elevação dos gastos fiscais para recuperar a economia em confrontos com as defesas da teoria econômica liberal, mas utilizando mecanismos Keynesianos.

Nem por isso a inflação explodiu nem os países quebraram seus orçamentos. Desde então as políticas monetárias de juros baixos, próximos de zero tem sido insuficiente para restabelecer a capacidade produtiva mundial. Mais uma vez o mundo foi abalado por uma crise em 2020 que não foi uma crise econômica,

mas de saúde pública, a Pandemia do Coronavírus que praticamente paralisou toda a economia mundial, produzindo um impacto negativo de uma contração mundial de cerca de 4% em 2020. Nesse período, os programas de expansão anunciados pelas autoridades monetárias dos principais países desenvolvidos incluíram linhas emergenciais de expansão monetária e compras de ativos, que ultrapassaram US\$ 6 trilhões, contribuindo para preservar a estabilidade do sistema financeiro e dar suporte à economia global. Acrescente-se a esse valor, US\$ 8 trilhões de medidas fiscais para combater os efeitos da pandemia.

Foi e ainda é uma verdadeira guerra para salvar as principais economias do mundo que mesmo com previsão de terem crescido cerca de 5,9%, em 2021, segundo dados do FMI, continuam a receber injeções de recursos monetários e fiscais. A mão invisível do Laissez faire do modelo liberal está sendo salva mais uma vez pela mão visível do Estado, com a forte participação dos Bancos Centrais e dos governos.

Henrique Marinho, economista





O Avanço da Tecnologia e o Futuro do Emprego

José Maria Porto Magalhães Sobrinho

Uma das maiores preocupações dos governos no mundo é a geração de emprego. Sem emprego, não se gera renda, não se consome, os governos não arrecadam seus impostos e conseqüentemente nesse círculo vicioso, gera mais desigualdade social e fome pelo mundo.

Além disso, é clara a sensação de perda da cidadania e da autoestima do cidadão, ocasionando muitas vezes instabilidade emocional que em maior gravidade se transforma em depressão e até mesmo culminando em suicídio. Como diz Gonzaguinha na letra de sua música “Um homem Também Chora”: “O homem se humilha se castram seu sonho, seu sonho é sua vida, e vida é trabalho. E sem o seu trabalho um homem não tem honra, e sem a sua honra, se morre, se mata”.

A questão do avanço tecnológico e geração de emprego ou melhor, desemprego, vem de muito tempo. Um exemplo disso foi a primeira Revolução Industrial Inglesa que teve início em consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos que ocorreram na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII. Segundo Juliana Bezerra em seu artigo intitulado “Revolução Industrial Inglesa”, cita que diversos inventos revolucionaram a produção: “O primeiro ramo da indústria a ser mecanizado foi o da fiação e tecelagem de algodão.

Em 1767, o inventor inglês, James Hargreaves criou a máquina de fiar, construída em madeira, usada pela indústria rural e doméstica. A Revolução Industrial Inglesa fez surgir uma classe operária, que se caracterizou por ganhar baixos salários e por jornadas de trabalho que chegava a 16 horas. Os

operários que antes eram donos dos teares e rocas, passaram a ser submetidos aos capitalistas (donos dos meios de produção)”.

Depois disso vieram a segunda e terceira Revolução Industrial aí o mundo não parou de evoluir. Vieram a energia elétrica, a invenção dos automóveis e aviões, a invenção dos meios de comunicação, da tecnologia e da ciência, a conquista espacial, o progresso da eletrônica, o uso de energia atômica e o desenvolvimento da engenharia genética e da biotecnologia.

Durante todos esses anos após a primeira Revolução Industrial, o mundo se transformou. No entanto, mesmo com toda a tecnologia continuou gerando empregos, só que cada vez mais exigindo do trabalhador conhecimentos técnicos específicos e novas habilidades.

Yuval Noah Harari, em seu livro, 21 Lições para o Século 21, em um capítulo específico sobre o tema Trabalho, cita: “Quando você crescer, talvez não tenha um emprego”. Segundo Harari, “Não temos ideia de como será o mercado de trabalho em 2050. Sabemos que o aprendizado de máquina e a robótica vão mudar quase todas as modalidades de trabalho – desde a produção de iogurte até o ensino de ioga”.

Em 2018, a chefe da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena, na sede da ONU, em Nova Iorque, num debate com representantes de todas as regiões do mundo sobre tecnologia e desenvolvimento sustentável estimou que 65% de todas as crianças do planeta que entram hoje na escola primária terão empregos que ainda não existem.

A corrente mais otimista de pesquisadores, sustenta que mesmo no longo prazo a automação continuará a gerar novos empregos e maior prosperidade para todos. Será? Segundo Harari, desde o início da Revolução Industrial, para cada

emprego perdido para uma máquina pelo menos um emprego foi criado, e o padrão de vida médio subiu consideravelmente. Será que as empresas terão a mesma capacidade de absorver essa mão-de-obra não qualificada em outras atividades, mesmo com salários mais baixos?

A Revolução Digital não é mais uma questão de longo prazo, a tecnologia convive com as pessoas em sua vida cotidiana, o grau de automação/robotização em vários setores da economia já é uma realidade. Aquelas atividades onde a máquina faz melhor que o homem e com menos custo, com certeza a máquina substituirá o homem. A questão é: Está se levando a sério o fato do avanço tecnológico e a não absorção desses trabalhadores na economia?

Até quando a economia informal vai absorver esse exército de desempregados digitais? Os Governos estão desempenhando seu papel na qualificação dos jovens para que eles possam ter o conhecimento necessário para acompanhar a revolução digital? O que tem sido feito nas escolas e universidades públicas e privadas para estimular de fato o estudo da inovação e da tecnologia? O que os Bancos de Desenvolvimento têm feito para estimular os jovens empreendedores? Existe linha de crédito específica para isso, sem burocracia e sem exigência de garantia real e somente com o acompanhamento de uma mentoria qualificada?

Não precisa ser um especialista no assunto para entender que a realidade do desemprego bate na nossa porta. No entanto, evidentemente, que o avanço tecnológico não pode ser encarado como um bicho papão, até mesmo porque isso é um caminho sem volta. Países que não investirem em tecnologia ficaram para trás nessa corrida sem fim. A tecnologia também veio para melhorar a nossa qualidade de vida, seja por exemplo, quando você pega um transporte alternativo, consulta um site, ou faz um exame de tomografia computadorizada.

O que não pode é o avanço tecnológico sobrepujar a sobrevivência humana, é preciso um equilíbrio e um olhar atento no futuro do emprego, principalmente em países como o Brasil, onde a desigualdade social já é uma dura realidade. Todas as questões colocadas nesse artigo é um exercício para o enfretamento de uma das maiores incertezas em relação ao futuro da humanidade: A geração de emprego.

Bibliografia

Artigo: - Revolução Industrial Inglesa - Autora: Juliana Bezerra
- link: <https://www.todamateria.com.br/revolucao-industrial-inglesa/>

HARARI, Noah Yuval, 21 Lições para o Século 21; 1ª. Edição; São Paulo - Companhia das Letras, 2018.

Artigo: Com evolução tecnológica, 65% das crianças terão empregos que ainda não existem, diz CEPAL. link: <https://nacoesunidas.org/com-evolucao-tecnologica-65-das-criancas-terao-empregos-que-ainda-nao-existem-diz-cepal/>

José Maria Porto Magalhães Sobrinho





Reflexões sobre a desigualdade no Brasil

Luís Eduardo Fontenelle Barros

A recente pandemia que tantas vidas preciosas ceifou, proporcionou, no entanto, lições importantes sobre a realidade brasileira. Mostrou que a nossa infraestrutura de saúde não está compatível com uma das dez maiores economias do Planeta e, também, que algo precisa ser mudado no sistema político, pois a alocação emergencial de recursos para combate à crise mostrou-se uma oportunidade irrecusável para malversação dos recursos públicos.

Revelou também, para a sociedade, a existência real de uma multidão de “párias”, sequer identificados como contribuintes, o que exigiu um esforço monumental para assegurar um auxílio emergencial indispensável diante das dimensões da crise.

A crise contribuiu, principalmente, para deixar claro para a sociedade brasileira que a desigualdade está no epicentro de nosso subdesenvolvimento e nos obrigou a examinar as características que sustentam e ampliam essa desigualdade. Na educação – caminho da salvação – as universidades públicas gratuitas são predominantemente ocupadas pelos alunos do ensino privado por falta de um ensino público de qualidade.

No empreendedorismo – outra oportunidade de ascensão social – os financiamentos públicos com prazos longos e juro subsidiados exigem garantias reais, bens na mão da minoria privilegiada. No emprego – como forma de assegurar o sustento e oportunidade de uma acumulação mínima para empreender – uma minoria de servidores públicos é aquinhoadada com privilégios de cidadãos de primeira classe – enquanto os possíveis

empregadores são sobrecarregados por encargos e benefícios compulsórios e perseguidos por uma justiça do trabalho especializada em desestimular os geradores de empregos. Bons e maus. O auxílio emergencial – tão importante para mitigar os efeitos perversos da crise – inevitavelmente acarretou uma inflação de demanda diante da oferta paralisada pelos lockdown e quarentenas.

Esse quadro funesto, por outro lado, parece estar trazendo a público que assegurar uma renda mínima para nossos párias é bom para a economia como um todo e que precisamos desonerar o emprego e priorizar a educação, para que mais empregos qualificados possam ser criados e a desigualdade possa, finalmente, começar a diminuir, ensejando as condições econômicas mínimas para o desejado desenvolvimento.

Luís Eduardo Fontenelle Barros, economista



Desde o final dos anos 1990, o campo de estudo da Economia vem passando por evoluções inusitadas, refletindo alterações ocorridas nos negócios, empregos e ocupações, sociedade e governos. Tais mudanças levaram observadores e estudiosos a denominar de “Nova Economia” o padrão emergente de atividades econômicas, assim distinguindo-a da Economia tradicional, mais afeita à era industrial, como a conhecemos desde meados do século XVIII, a partir do advento da Primeira Revolução Industrial. Inicialmente relacionada aos negócios digitais derivados da Tecnologia da Informação-TI, a Nova Economia-NE tomou impulso com a expansão de atividades associadas a elementos intangíveis.

As manifestações sobre a NE surgiram de vários segmentos. No meio editorial, Kevin Kelly aponta para o novo campo no livro “Novas Regras para a Nova Economia”, onde explica a origem e o desenvolvimento da economia baseada em conexões (network).

No meio acadêmico, Robert Gordon, estudando os avanços da produtividade na economia americana, relaciona a NE à aceleração da taxa de mudança tecnológica provocada pelo uso da internet. Por sua vez, o economista americano Leonard Nakamura alerta para o gradual papel dos intangíveis na Renda e Produto Nacional do país, destacando itens como patentes, copyrights, inovações e marcas que denotam reputação de produtos, serviços e empresas. Por sua vez, o renomado sociólogo Manuel Castells interpreta que a NE, enquanto associada ao mundo das informações e à globalização, recebe também forte influência das redes (networks) de relacionamento. Finalmente,

David Teece, professor da Universidade da Califórnia, mostra o crescente papel do conhecimento, competências e outros ativos intangíveis nos ganhos de produtividade e expansão da atividade econômica, argumentando que citados elementos passaram a liderar a agregação de valor aos produtos, superando fatores tradicionais como capital, trabalho e recursos naturais.

Tal desempenho deriva de mudanças estruturais nas economias desenvolvidas, ocorridas desde o final do século XX, incluindo a liberalização do comércio internacional, ascensão de produtos non-tradables, fortalecimento da propriedade intelectual, geração de retornos crescentes para processos ancorados no conhecimento, avanços no uso de tecnologia e redes de informações promovendo a conectividade de pessoas, e ainda de fatores locais que possam influenciar a formação do valor dos produtos, tais como os territórios de origem e suas reputações.

A NE, portanto, se ancora na capacidade de fatores intangíveis impulsionarem a produtividade e a economia como um todo. Um aspecto importante da NE e seu lastro em elementos intangíveis, resulta da sua capacidade de ampliar os recursos e oportunidades para o desenvolvimento de regiões que apresentem deficiência de capital, permitindo a essas construir estratégias de expansão econômica a partir de tais elementos, reduzindo sua dependência de ativos tradicionais, principalmente capital físico e financeiro.

Assim, regiões como o Norte e o Nordeste brasileiro podem encontrar na NE um esteio para fortalecer suas economias de forma sustentável, com base no aproveitamento econômico de fatores tais como cultura, tradições, valores, paisagens e territórios diferenciados, além de outros ativos intangíveis. O caminho para esse avanço passa pela associação de tais elementos

à criação e melhoria de produtos e serviços. Nessa linha, merece destaque a emergente produção de café sombreado na serra de Baturité (CE), que concilia a preservação da mata local com o cultivo do grão de qualidade e ainda associa a paisagem de montanha à percepção de valor do produto, assim contribuindo para a diferenciação do grão e o consequente incremento de sua cotação.

Outro notável exemplo corresponde aos chocolates especiais produzidos na Amazônia, cujo processo produtivo adota métodos sustentáveis, além de incorporar a biodiversidade nativa da floresta à essência e à imagem do produto, resultando na agregação de valor ao mesmo. Indo além de produtos primários, pode-se trazer à luz o exemplo do município de Cabaceiras (PB), que se vale de sua paisagem semiárida, com intensa e duradoura luminosidade, para atrair a realização de produções cinematográficas, proporcionando expansão econômica e significativos ganhos de renda para a população local. Além desses casos, muitos outros podem se somar, abrindo caminho para que a NE possa impulsionar o desenvolvimento de um Novo Nordeste, onde ganhos de produtividade, maiores taxas de crescimento e sustentabilidade passem a ser suas marcas.

Mônica A. Amorim é Economista



A problemática central das ciências econômicas é lidar com recursos escassos para satisfazer necessidades humanas ilimitadas.

O ser humano é o centro da preocupação, com toda a complexidade daí decorrente. O que está em pauta são preferências, atitudes, comportamentos, tanto em nível individual quando coletivo, organizado em sociedade. Pela característica individualista da natureza humana, impõe-se regras de convivência em sociedade. Impõe-se o lidar com temas como garantia de direitos fundamentais, controle de poder, organização econômica e política, formas de intervenção na economia e na sociedade.

Em um Estado Democrático de Direito, com garantia de liberdade individual, é papel dos governos exercer, entre limites do liberalismo e intervencionismo, políticas de desenvolvimento com foco na manutenção da ordem social, na prosperidade e no bem estar da população a quem estão obrigados a servir.

Como nas ciências econômicas, também na atuação governamental, escolhas e tomadas de decisão estão no cerne de sua problemática.

No ano de 2020, o mundo e as economias se viram imersos em uma pandemia global de dimensões não experimentadas pelos atores econômicos, sociais e políticos hoje vivos. A gravidade da situação, cercada de incertezas, impôs aos governos, juntamente com agentes políticos, lideranças, mundo acadêmico, empresarial e diversos atores da sociedade civil, o

desafio da tomada de decisões em um alto nível de criticidade e urgência. Independentemente da linha de pensamento liberal-intervencionista, tiveram que intervir em grande medida e abrangência.

A par da natureza das escolhas das ações governamentais que foram tomadas, uma condição que se impôs e sempre se imporá, como base sólida para o nível de acerto das medidas, consiste na prática de uma boa governança, compatível com a complexidade dos desafios. Comprometimento das lideranças, transparência nas decisões e ações, alto padrão de probidade na gestão dos recursos públicos, integridade, ética e confiabilidade são pilares dessa prática.

Seja em tempos de crise ou de prosperidade, o resultado de políticas públicas, a mitigação de seus erros e a potencialização de seus acertos, passam pela pauta da boa governança pública.

Mônica Clark, economista



Com uma economia que vinha sendo destruída a algum tempo e que tinha tido uma discreta recuperação no último ano a pandemia de do Covid-19 veio atrapalhar os planos do atual ministro da economia Sr Paulo Guedes, tendo que mudar o seu plano para socorrer milhões de pessoas que perderam seu sustento.

Com esse auxilio injetou-se na economia bilhões de reais, o que ajudou a grande massa de desempregados aprover seu sustento e de suas famílias e ajudou ainda essas pessoas a montarem seus pequenos negócios. Com MP 881 da liberdade econômica que o atual presidente assinou garante que, qualquer cidadão brasileiro possa abrir comércio de baixo risco, até na garagem de sua própria casa, sem precisar de alvará ou qualquer permissão da prefeitura.

Houve também diminuição de impostos de alguns produtos. Isso ajudou o Brasil a manter um certo equilíbrio nesse tempo tão difícil.

O que fazer para melhorar a economia? Investir em mão de obra, que temos em abundância, preparando-as através da educação, preparando para inseri-las no mercado de trabalho. Fazer as reformas pendentes (tributária, administrativa, pacto federativo, desoneração da folha de pagamento), cuidar do meio ambiente e do agronegócio e sobre tudo da modernização dos polos industriais, e também parar com essas intrigas políticas que poderão nos levar para o abismo.

Segundo as pesquisas recentes a economia está em recuperação em vários setores. Ainda falta muito a ser feito para o futuro. Vamos ouvir mais esses jovens cheios de planos e projetos que se formam todos os anos nos cursos de economia. Eles é que terão de arcar com as consequências de atitudes tomadas no presente e futuro.

Paulo Roberto Coelho Pinto, economista





Dado o presente, qual o futuro do Brasil?

Pedro Jorge Ramos Vianna

Atualmente, o Brasil e o mundo sofrem uma pandemia devastadora. Devastadora de vidas e da economia. Quanto às vidas perdidas só nos resta rogar a DEUS que proteja suas famílias. Quanto à economia, nós economistas, podemos ajudar.

Primeiro é fundamental que nos conscientizemos que somos cientistas sociais e que, portanto, devemos tentar minimizar as mazelas criadas pelos governantes, ajudando a resolvê-las.

Nos dias de hoje o Brasil tem um presidente cometendo vários desatinos, inclusive mentindo sistematicamente sobre nossa economia. Assim, devemos voltar nossa atenção para o Congresso Nacional.

E aí, alguns assuntos merecem nossa atenção. Obviamente o mais importante é a volta do desenvolvimento econômico-social, passando pela recuperação do sistema econômico.

Dentro deste panorama, o Congresso Nacional precisará aprovar uma reforma fiscal ampla que modifique não só o sistema tributário, mas toda a ação dos governos, inclusive dos estados e municípios.

As propostas que aí estão limitam-se somente a mudar o sistema tributário. Mas, isto não é o bastante.

Como o primeiro passo é tentar recuperar o sistema econômico, urge que se modifique o papel do governo federal no que diz respeito à sua capacidade de investimento. É que o crescimento econômico do Brasil passa, necessariamente, por este caminho.

Então temos um dilema. Os gastos do Governo são limitados pela lei orçamentária. Assim, o Governo Federal não tem, hoje, qualquer possibilidade de aumentar os seus investimentos.

Portanto, nem mesmo a médio prazo tem o Brasil condições de voltar a crescer significativamente. Na atual conjuntura não há outra opção de crescimento senão, via autorização do Congresso para que o Banco Central emita moeda e a transfira para o Governo Federal financiar as obras de infraestrutura prioritárias.

Esta é a “nova política monetária” já preconizada por Lorde Keynes há mais de noventa anos. Há de se argumentar que isso provocará inflação. Mas ainda recordando Keynes, inflação de até 5,0% é benéfica para o sistema econômico.

Assim, lutemos por isso!

Pedro Jorge Ramos Vianna, economista



Os países da América Latina perseguem de modo obcecado o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como condição necessária para o desenvolvimento e a redução da pobreza. Mas o Brasil, com o seu potencial e recursos naturais disponíveis, tem as melhores possibilidades para se desenvolver de forma positiva ao se concentrar no desenvolvimento interno e na economia regional, e não somente na exportação de minérios, grãos e carne. “Meu conselho seria abandonar essa pura fixação por crescimento e partir para um desenvolvimento sustentável e social-inclusivo”, afirma o Prof. Loske.

Historicamente, essa fixação pelo crescimento econômico é nova. Tal concepção se espalhou dos anos 1950 até 2000. O crescimento em países industrializados já está saturado e, hoje, não é mais o crescimento que está em causa, mas a sustentabilidade, quer dizer, desenvolver a economia de uma forma que, essencialmente, seja necessário usar menos recursos como energia, recursos, territórios etc.

É verdade que nos países em desenvolvimento existe a necessidade de desenvolver a economia para uma grande camada da população que ainda não tem acesso a recursos. Mas, com uma estratégia de crescimento estritamente pura, isso não é possível. Esse desenvolvimento econômico como os países industrializados fizeram é incompatível com a sustentabilidade. O Brasil deve tentar se desenvolver ao máximo possível de forma sustentável e, ao mesmo tempo, zele fortemente pela equidade e a justiça social.

Pesquisas sobre bem-estar mostram que é necessário certo nível material para que todos possam viver decentemente. E, a partir de um ponto, a correlação entre felicidade da população e valor do PIB já não existe mais. Em países como Brasil há algumas camadas da população que são pobres e, por isso, precisam do desenvolvimento para obtenção de emprego e melhores padrões de vida. Mas nestas nações há também uma classe de consumidores que vive com alto nível material e que, em longo prazo, não é sustentável.

Por isso, a estratégia deve ser de sustentabilidade, desenvolvimento e justiça social, de modo que sejam igualmente importantes. A atual crise econômica no país tem causas internas, como a corrupção estrutural e má governança. Além disso, a estratégia do extrativismo dependendo tão somente da extração de matérias-primas, é problemática.

Em suma, o objetivo dos países como o Brasil não deve ser o crescimento econômico a qualquer preço, como estamos fazendo há muitos anos, mas buscar uma modalidade de desenvolvimento econômico sustentável, onde estejam contemplados os aspectos econômicos, sociais e ambientais em proveito de toda a população. Tese do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP) do Programa de Mestrado em Economia da Universidade Federal do Ceará (onde sou professor titular aposentado) destaca que no Nordeste foram priorizadas políticas focadas no crescimento econômico ao invés do combate à pobreza e a desigualdade social (1995-2010).

A dissertação do Prof. Jonathan de Souza Martins conclui que os resultados das equivocadas políticas públicas foi que a Região, mesmo com taxas de crescimento continuadas, ainda é a mais pobre em relação as outras do País. Os programas compensatórios de transferência de renda, como Bolsa Família,

também não foram suficientes para reduzir o segmento de pessoas abaixo da linha da pobreza de $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo entre 2002 e 2017. Ou seja, nas últimas décadas, o mundo mudou, as teorias econômicas avançaram, mas as políticas públicas brasileiras sobre desenvolvimento da economia permanecem sem mudanças substantivas.

Crescer por crescer, sem perguntar por que é para quem pode ser um tema para futuras discussões na Academia Cearense de Economia que agora se instala.

Pedro Sisnando Leite é Prof. titular aposentado de Teoria Econômica da UFC



As bolsas de valores, não raro, são vistas como casas de especuladores. Muitos enganos estão contidos neste conceito. Dentro da chamada “racionalidade econômica”, pessoas físicas e jurídicas sempre procuram maximizar lucros e/ou minimizar perdas. Aparentemente contraditórias, nas Bolsas elas se entrelaçam e promovem a sua função mais nobre como financiadoras das sociedades por ações que, em última instância, são as grandes geradoras de emprego, renda, produto e tributos, instrumentos basilares na formação do Produto Interno Bruto.

O lado real da economia, tem no mercado de capitais, uma de suas melhores alternativas de financiamento. Seja, via empréstimos de longo prazo, seja através de dinheiro estável, mediante a emissão de ações com participação individual ou coletiva.

Conceitualmente, no mercado de capitais, costuma -se identificar três figuras com papéis bastante distintos. O primeiro, conhecido como investidor, é aquele que, normalmente, faz suas aplicações num horizonte de médio à longo prazo. O segundo, é o especulador, classificado por muitos como nocivo, um mal para o mercado e para a economia. Há uma visão deformada, até invertida, entre o seu conceito vulgar, e o seu papel entre os estudiosos de mercado.

É ele quem dá liquidez às Bolsas. São fazedores de mercado. São os grandes formadores dos preços das ações e, conseqüentemente, do valor de mercado das empresas. A intensidade do movimento dos pregões presenciais e/ou eletrônicos se deve à sua presença.

São os combustíveis dos movimentos bursáteis. O investidor, na sua visão de longo prazo, é frio, lento, quase parado, não estimula a liquidez; diferentemente, o especulador assume riscos e intensifica os movimentos, até intempestivos de compra e venda, nas altas e baixas dos preços. O Investidor espera; o especulador tem pressa. O terceiro e último elemento, este sim, é um mal. O manipulador. É indesejável, por se utilizar de práticas condenáveis e antiéticas. Ele se utiliza de informações privilegiadas, de práticas escusas, de manipulações, de informações distorcidas, etc.

Indevidamente, pessoas confundem o papel do especulador com o manipulador. Este último tem um comportamento criminoso, sujeito às penalidades previstas nos manuais normativos. Já o especulador é um agente dinamizador do mercado e quanto mais ele compra e vende, mais o mercado atrai mais investidores e mais empresas se dispõem a abrir o seu capital, carreando recursos para as suas expansões, gerando mais empregos, mais renda, mais produto, mais tributo e, conseqüentemente mais PIB.

As Bolsas de Valores, lamentavelmente, são mal compreendidas por grande parcela da população. São vistas como jogatinas, o que é um enorme engano. As pessoas que pretendem adquirir ações de empresas, antes de mais nada precisam se definir. Se investidoras, devem esperar resultados num horizonte de médio à longo prazo. Se desejam auferir resultados rápidos, imediatos, estariam com um comportamento especulativo. E, neste caso, também estariam agindo racionalmente. Usualmente, se classifica o especulador de forma pejorativa, o que não é correto. Pois, qualquer pessoa estará agindo racionalmente ao procurar adquirir bens ou serviços aos menores preços (pechinchas) e vendê-los aos preços mais elevados.

Há quem considere a Bolsa, como um termômetro da economia. Quanto mais aquecida, maior a sua perspectiva de crescimento e vice-versa. O contexto de alta, atrai mais compradores, mais dinheiro. Com um maior volume de recursos, mais empresas são levadas a realizar os seus IPO (Ofertas Públicas de Ações), atraindo cada vez mais acionistas. No Brasil, o mercado de ações ainda é muito concentrado, tanto no número de investidores, quanto no número de companhias abertas listadas. A timidez de ambos concorre para a baixa acumulação dos capitais estáveis para o financiamento das empresas, do lado empresarial, o medo da perda de controle, os custos da abertura e a exigência de transparência inibem as famílias controladoras, preferindo permanecerem fechadas.

Quase sempre, não dispondo de capital próprio para as suas aquisições, as empresas travam seu crescimento, inibindo a sua expansão. Por sua vez, os investidores individuais, também se mostram avessos aos riscos, preferindo as aplicações de renda fixa. Embora poucas, relativamente aos CNPJs de empresas cadastradas no país, as companhias abertas são responsáveis por significativa parcela do PIB nacional, com expressivo número de carteiras assinadas de trabalhadores, grande faturamento e elevada participação no recolhimento de tributos.

São as companhias abertas as gigantes da corporação empresarial brasileira. Desta forma se quebrados os paradigmas culturais do lado empresarial e dos investidores, o país escalaria níveis extraordinários de crescimento.

E a Bolsa seria o seu agente impulsionador. Esta função de agente de desenvolvimento e agente transformador é pouco percebida pela população, mas este é o seu papel mais nobre.

Raimundo Padilha, economista

☉ A criação de mecanismos de gestão e controle fiscal são extremamente importantes para a saúde das contas públicas, visto que, a medida que propicia equilíbrio fiscal e gera a possibilidade de investimento crescente a longo prazo. Contrária, a uma situação de manutenção dos gastos e da dívida em níveis elevados que é preocupante, dado que alimenta a desconfiança dos investidores na capacidade de qualquer ente público honrar seus compromissos daí sendo necessário avaliar constantemente a qualidade dos gastos e definir as prioridades das políticas públicas. Para tanto, a realização de reformas na gestão e administrativa com o intuito de melhorar a produtividade da máquina pública e aumentar a eficiência dos serviços prestados à população devem ser constantes.

Ao longo dos anos mais recentes, essas foram as medidas adotadas na gestão do Estado do Ceará, principalmente, ao controle das despesas obrigatórias. Onde, a verdadeira estabilidade financeira, com forte controle dos gastos e a consequente redução da dívida pública, é um dos pilares do crescimento sustentado do Estado, a fim de permitir a realização das suas finalidades essenciais e entregar à coletividade os bens e serviços necessários à realização do bem comum, tais como educação, saúde, segurança pública, saneamento básico, moradia digna, dentre outros.

E o atingimento do equilíbrio fiscal foi determinante para atração de investimentos privados. Onde, estado passou a ter a visão que os investimentos geram, também, um processo de acumulação de capital, através do crescimento continuado da

formação bruta de capital fixo, que traz benefícios no médio e longo prazo, via efeito multiplicador, com o aumento da capacidade produtiva da economia, que se traduz em maior potencial de produção e ganhos de produtividade, influenciando positivamente em um ambiente favorável aos investimentos e à produção, à geração de empregos e renda e a uma retomada sustentável do desenvolvimento econômico e social do estado.

É constatado que o estado do Ceará ao longo dos últimos anos vem tendo níveis de crescimento do PIB e os percentuais de investimentos públicos, mais elevados, em relação aos outros estados da federação. Mantendo o investimento sobre receita corrente líquida de forma positiva ao longo dos anos.

Ricardo Aquino Coimbra é Conselheiro do Corecon-CE, Conselheiro da Apimec Brasil e Professor Universitário



Enquanto o desenvolvimento é um longo processo de construção econômica, social e política, o subdesenvolvimento econômico é uma deformação histórica, conforme assinalava o professor Celso Furtado. Escravidão, colonização, educação tardia, corrupção, democracia rarefeita, produtividade insuficiente, pobreza e desigualdade elevadas constituíram elementos fundamentais na (de)formação de muitas sociedades contemporâneas.

Os cientistas sociais, dentre eles os economistas, compreendem que o futuro está contido no passado. No contexto dos desafios históricos e estruturais, e após experimentar um longo período de crescimento e industrialização, a economia brasileira revela nas últimas quatro décadas que a estagnação econômica se transformou em um problema crônico.

O Brasil, entre 1940 e 1980 cresceu a uma taxa anual média de 7%, cabendo destacar os anos dourados do governo JK (1956-61), com crescimento médio de 8,2% a.a. e o período do milagre econômico (1969-73), com taxa anual média superior a 10%. Entretanto, o crescimento econômico veio acompanhado de aumento na desigualdade distributiva. Os economistas passaram então a indagar: por que crescer?

A mudança de patamar ocorre nos períodos subsequentes. Na década de 1980, a década perdida, e na de 1990, igualmente perdida sob o prisma do crescimento, a taxa anual média declina para 2,5%. Não obstante a reconquista da estabilidade monetária com o Plano Real em 1994, o crescimento esperado não veio

Entre 2003 e 2010, Lula 1 e 2, o crescimento anual médio salta para 4%. Em Dilma 1, 2011-2014, declina para 2%. A crise política faz o país mergulhar em profunda recessão em 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,3%). Em 2017, 2018 e 2019 a expansão é de 1,1%, em cada ano. Em 2020, com a pandemia, a economia brasileira encolhe 4,1% e em 2021 a expansão do PIB é de 4,6%. Em 2022 o crescimento é menor, 3,0% e em 2003 é de 2,9%. No período mais recente, 2020-2023, o crescimento anual médio declina para 1,6%.

Entre 1981 e 2020 o Brasil enfrentou 10 recessões, somando 54 trimestres de variação negativa do PIB, o que equivale a 13 anos. Ou seja, em 39 anos o país viveu um terço do tempo em recessão.

Em meio às incertezas políticas, instabilidade institucional e crises internacional e ambiental, voltar a crescer é uma questão econômica que se impõe urgente ao Brasil, que é um país, segundo o escritor Millôr Fernandes, que tem um enorme passado pela frente!

Ricardo Eleutério Rocha é Economista, Professor e Conselheiro do Corecon-CE





Princípio constitucional da isonomia e da capacidade contributiva promovendo o ciclo econômico virtuoso

Sérgio Silveira Melo

Estudos sobre o contencioso tributário no Brasil (dados de 2018) indicam que os litígios representavam 73% do PIB (R\$ 4,9 trilhões).

A alta complexidade da legislação fiscal brasileira, bem como as dificuldades de harmonização interpretativa, são as principais razões para o incremento da litigiosidade tributária.

Estudo publicado pelo INSPER em 2020 apontou aumento da litigiosidade apurada em 2018 alcançando a cifra de R\$ 5,4 trilhões de contencioso tributário brasileiro, representando 75% do PIB. As nações da Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm em média 0,28% e na América Latina, excluído o Brasil, a média é de 0,19% do PIB.

É preciso mudar este cenário no Brasil. A expectativa é que no futuro, apesar de não tão próximo, com a reforma tributária, possamos mirar nas médias acima mencionadas da OCDE e dos países da América Latina.

A reforma tributária recentemente promulgada pelo Congresso Nacional focou, basicamente, nos tributos incidentes sobre o consumo. A justiça tributária necessária, ainda não foi feita.

Mais uma vez, o Brasil perde a oportunidade de promover o indispensável equilíbrio definido na Constituição Federal em relação à isonomia e à capacidade contributiva das pessoas físicas e jurídicas.

No âmbito econômico, a tributação regressiva impede o aumento do nível de poupança e consumo das famílias. Este aumento tem efeito direto no nível de investimentos realizados pelo setor produtivo e de serviços, gerando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Na prática, pela estrutura do sistema tributário brasileiro disposta na reforma tributária, há uma enorme concentração do peso dos tributos sobre o preço dos serviços e mercadorias.

Nesse modelo atual, a população de menor renda não paga tributos de maneira proporcional à sua renda. O sistema tributário brasileiro contemplado na reforma tributária prevê a adoção da progressividade como pilar, garantindo que a população brasileira, em especial das classes C, D e E, tenha sua renda real menos comprometida com o pagamento de impostos indiretos. As leis complementares e as leis ordinárias a serem editadas em decorrência da reforma tributária, devem buscar alcançar esta meta.

Necessário tributar majoritariamente por meio dos impostos diretos, uma vez que estes incidem sobre a renda e o patrimônio, bem como implementar um programa, previsto na reforma tributária, com o objetivo de devolver parte ou a totalidade dos pagamentos de tributos indiretos realizados por pessoas de menor renda ao consumirem serviços e mercadorias básicas, visando promover a justiça social.

Sérgio Silveira Melo, Economista



Do grego oikos (casa) e nomein (gerenciar), a palavra Economia significa cuidar do lugar onde vivemos. Ao longo da história a Economia passou por várias crises, sejam por pandemias, guerras ou pela essência do capitalismo, modelo hegemônico atual. Desde o final dos anos noventa, o termo “Nova Economia” passou a significar a transição de uma economia baseada na indústria para uma economia baseada nos serviços, caracterizada pelas novas tecnologias da informação e comunicação, num contexto de globalização.

A pandemia do coronavírus, as guerras, fazem ruir a casa onde vivemos (planeta, país e território), com esgotamento dos recursos naturais e incapacidade de garantir sobrevivência e dignidade a seus habitantes. A economia não está cumprindo com sua tripla obrigação de estabilizar, progredir e distribuir.

Daí a necessidade de se construir uma outra economia, onde o novo deveria ser a ampliação da consciência humana com respeito a três pilares: i) Justiça: funcionar para todas as pessoas, começando com as que historicamente foram marginalizadas pelo racismo, imperialismo e outros sistemas de opressão; ii) Sustentabilidade: suportar a regeneração de ecossistemas e a produção de riqueza em um planeta finito; iii) Democracia: incorporar princípios democráticos na gestão da vida econômica e cívica com descentralização de poder.

Assim, uma nova economia deve colocar a tecnologia a serviço de um modelo de desenvolvimento centrado na promoção do bem estar e redução das desigualdades e não apenas de metas de crescimento e geração de lucro. O impacto ambiental deve ser

variável interveniente e não apenas elemento de exteriorização. Todos temos que aprender a ser essa Nova Economia: empresas, governos e comunidades. Daí a necessidade urgente de pôr em prática novos modelos de negócios, novos modos de produção, trabalho e distribuição, novos modelos de financiamento do desenvolvimento, nova ordem econômica mundial sob a égide desses três pilares.

Já dispomos de tecnologias e experiências concretas para compor a Nova Economia: economia verde, economia solidária, finanças solidárias, cidades sustentáveis, economia criativa, negócios de impacto social, criação de valor compartilhado, economia da saúde e da educação, dentre outras inovações vindouras. Tudo isso acontece no “território”. Teremos um mundo muito melhor, revisando o rumo e o caminho de uma nova economia e repensando o capitalismo.

Silvana Parente, Doutora em Economia





ACADÊMICOS



Adriano Sarquis

adrianosarquis@uol.com.br

BIBLIOGRAFIA

Funcionário do BNB há 48 anos, tendo ocupado diversas funções no Banco, como a Chefia do ETENE. De 2011 a 2022 ficou cedido para o Governo do Estado do Ceará, período em que ocupou a Diretoria de Estudos Econômicos do IPECE e a Secretaria Executiva de Gestão, da Secretaria de Planejamento e Gestão-SEPLAG-CE. Atualmente é pesquisador do ETENE, sendo especialista na área de estudos regionais e finanças públicas.

PATRONO



Raul Barbosa

Advogado, Deputado Federal(46-51), Governador do Ceará (51-55), Presidente do BNB(1956-67), Diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Foi o consolidador da organização do BNB e um líder do desenvolvimento do Nordeste.





Alci Porto Gurgel Júnior

alcigurgel@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Diretor-Técnico do SEBRAE/CE e Conselheiro do CORECON-CE com especialização em “Formação de Consultores” pela USP e “Políticas Públicas para as Micro e Pequenas Empresas”, pela – UNICAMP, o Programa “Visão Territorial e Desenvolvimento Regional”, pela Universidade de Valência

PATRONO



Tomás Pompeu
de Sousa Brasil
Neto

Presidente da Federação das Indústrias e do Centro Industrial durante 15 anos, em 1966 elegeu-se primeiro-vice-presidente da CNI, vindo a assumir a presidência do órgão, dirigiu a Fábrica de Tecidos Progresso S.A.





Célio Fernando
Bezerra Melo

celio.melo@bfa.com.br

BIBLIOGRAFIA

MsC. Com 15 anos, ingressou como estagiário no BNB. Prêmio Apimec-Nacional Profissional de Investimentos e Analista. Colaborou no Plano Fortaleza 2040 e no desenho da Previdência do Ceará.

PATRONO



Delmiro Gouveia

Foi o pioneiro da industrialização do Sertão Nordestino. Instalou o primeiro Shopping do Brasil. Explorou o potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso.





Firmo de Castro

firmo@aaquino.com.br

BIBLIOGRAFIA

Foi Professor da UFC, Superintendente Adjunto da SUDENE, Diretor do BNB, Secretário de Indústria e Comércio, Secretário da Fazenda do Estado do Ceará. Deputado Federal Constituinte, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Autor da Lei 7.827 que instituiu os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e da Lei Complementar 92, que regulamentou o FPE e FPM.

PATRONO



Ari de Sá
Cavalcante

Foi Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da UFC por três mandatos (1961-1967), Secretário da Fazenda e da Educação do Estado, Fundou o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (CAEN), Professor da Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza e das Faculdades Estaduais de Filosofia e de Ciências Econômicas.





Henrique Marinho

hjmmarinho@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Foi servidor do Banco Central do Brasil por 35 anos e professor do Curso de Economia da Unifor por 39 anos e Presidente do Conselho Regional de Economia por três mandatos. Atualmente é Consultor Econômico.

PATRONO



Cláudio Ferreira
Lima

Cláudio Ferreira Lima iniciou no Banco do Nordeste. Foi Presidente do Instituto de Planejamento do Ceará, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Secretário de Planejamento do Estado do Ceará entre outros cargos que exerceu.





Jair do Amaral Filho

amarelojair@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Economista, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Economia. Professor Titular no DTE/FEAAC da Universidade Federal do Ceará-UFC, e Professor do CAEN/UFC, do qual foi Coordenador Adjunto e Coordenador.

PATRONO



José Macêdo

Formou-se em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Ceará, em 1945. Comandou o Grupo J. Macedo. Como homem público, representou o estado do Ceará na Câmara e no Senado Federais.





José Maria Porto
Magalhães Sobrinho

jmporto1@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Economista graduado pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, MBA em Finanças pelo IBMEC e Mestre em Administração pela UECE. Sócio-Diretor da Valorize Consultoria Empresarial, Professor em cursos de MBAs e Administrador de Valores Mobiliários credenciado pela CVM.

PATRONO



Francisco
Ivens de Sá
Dias Branco

Foi uma das figuras mais expressivas da vida econômica, social e empresarial cearense. Fundador de um dos maiores complexos industriais da América Latina no setor de massas e biscoitos, além de outras empresas em diversos ramos de atividade.





Lauro Chaves Neto

lchavesneto@uol.com.br

BIBLIOGRAFIA

Economista, Mestre em Administração e PHD em Desenvolvimento Regional. Professor Adjunto da UECE, Consultor, Conselheiro Federal de Economia e Assessor Econômico da FIEC. Foi Presidente do CORECON e do IBEF.

PATRONO



Barão de
Camocim

Geminiano Maia foi um dos pioneiros no comércio de importados de luxo em Fortaleza, contribuiu com a formação urbana, social e cultural. Foi Presidente da Associação Comercial. Construiu o Palácio Guarany, a Casa do Barão, entre outras.





Luís Eduardo
Fontenelle Barros

lefbarros@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Economista (UFC), pós graduado em Administração (UFMG). Executivo privado (J. Macêdo etc.) e público (TJCE). Consultor de empresas e membro do Conselho de Administração do CIPP S/A e ETICE S/A. Ex-presidente do CORECON e do IBEF

PATRONO



Djacir Menezes

Foi um intelectual completo como sociólogo, jurista, economista e filósofo. Autor de dezenas de livros e fundador da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará (1938), tendo sido Reitor da UFRJ (1969/73).





Luiz de Gonzaga
Fonseca Mota

BIBLIOGRAFIA

Professor de Economia da UFC, Pós-graduado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, Técnico do BNB, Secretário de Planejamento do Estado do Ceará. Foi Governador do Ceará (1983/87) e Deputado Federal por três Legislaturas.

PATRONO



Nilson Holanda

Professor de Economia da UFC, o primeiro a obter o título de Mestre nos E.E.U.U, Técnico e Presidente do BNB, Superintendente do IPEA, coordenador do PRODIAT (Araguaia-Tocantins), dentre outras funções e cargos. uma referência com relação ao Desenvolvimento do Nordeste.





Mônica Alves Amorim

monica_amorim@terra.com.br

BIBLIOGRAFIA

Mestre em Estudos Urbanos e Planejamento pelo Massachusetts Institute of Technology-MIT (EUA), Doutora em Ciência, Tecnologia e Inovação (UFRRJ), Professora da UFC, Pesquisadora e consultora de instituições nacionais e internacionais no tema desenvolvimento local.

PATRONO



Bárbara Pereira
de Alencar

Viveu no Crato, onde se colocou a serviço da luta pela independência do Brasil. Destacava-se pela capacidade de se indignar com a injustiça e com a pobreza. Na sociedade, se colocava em igualdade com homens. Na política, atuou em movimentos republicanos, foi heroína da Confederação do Equador





Monica Clark Nunes
Cavalcante

monicaclarkc@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Economista, mestre em Administração e Controladoria. Auditora federal de finanças e controle (aposentada). Foi secretária de Planejamento e Coordenação e da Controladoria do Estado do Ceará.

PATRONO



João José de
Sá Parente

Professor da UFC, coordenador do projeto ASIMOW, em parceria com a UCLA, para a industrialização da região do Cariri e, posteriormente, de Sobral (Projeto PUDINE). Foi Diretor Geral do PLANEFOR





Paulo Roberto Pinto

85paulo.pinto@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Professor da UFC com livro premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1972, Foi Diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas-UFC, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Ceará, Secretário de Planejamento do Município de Fortaleza e Presidente do CORECON.

PATRONO



Martins Filho

“Pai” da Educação Superior Cearense, foi fundador de 03 Universidades: Universidade Federal do Ceará-UFC, Universidade Estadual do Ceará – UECE e Universidade Regional do Cariri - URCA e foi Reitor da UFC por 12 anos.





Pedro Jorge Ramos
Viana

pjvianna@hotmail.com

BIBLIOGRAFIA

Professor Titular do Departamento de Teoria Econômica, da UFC, aposentado. Autor de 263 trabalhos em economia, dentre os quais 21 livros.

PATRONO



Demócrito
Dummar

Foi Presidente do Grupo de Comunicação O POVO e um dos maiores jornalistas do Ceará. Recebeu a Medalha do Mérito Industrial da FIEC. Figura de destaque em várias lutas em prol do Desenvolvimento do Ceará.





Raimundo Francisco
Padilha Sampaio

rdopadilha@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Pós-graduado em Desenvolvimento Econômico. Foi funcionário do Banco do Nordeste, Professor da UFC e UECE, Presidente da Bolsa de Valores Regional, Coordenador do Pacto de Cooperação do Ceará, Membro da Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza, Diretor da Padilha Consultoria

PATRONO



Virgílio de Moraes
Fernandes Távora

Coronel do Exército, Deputado Federal (3 vezes), Senador (2 vezes), Governador do Estado do Ceará (2 vezes), Ministro de Estado. Impulsionou a industrialização quando trouxe a energia de Paulo Afonso para o Ceará.





Ricardo Aquino Coimbra

ricardo.coimbra@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Mestre em Economia pelo CAEN/UFC. Graduado em Economia pela UNIFOR. Atualmente é Conselheiro da Apimec Brasil, Conselheiro do Corecon-CE, Professor Universitário na Unifor, Membro Comissão Política Econômica do Cofecon, Membro Comitê de Educação da CVM, CNPI.

PATRONO



Edson Queiroz

Aos 15 anos, foi nomeado gerente do armazém Genésio Queiroz & Cia. Edson Queiroz sempre fugiu do modelo de empresário padrão. Talvez em função desse estilo, tenha conseguido construir um dos mais importantes conglomerados empresariais do País, o Grupo Edson Queiroz





Ricardo Eleutério Rocha

ricardoeleuteriorocha@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Economista, professor da Universidade de Fortaleza-Unifor no período 1985-2022. Conselheiro do CORECON-CE (Conselho Regional de Economia) e membro do Conselho de Administração da CAGECE. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília-UnB. Curso de especialização em Administração Financeira (UNIFOR) e curso de mestrado em Economia (CAEN/UFC). Mestre em Negócios Internacionais pela UNIFOR.

PATRONO



Celso Furtado

Doutor em Economia, foi um dos mais importantes intelectuais e pensadores do Brasil. Suas ideias econômicas ganharam projeção internacional. Escreveu mais de 30 livros, traduzidos em vários idiomas. Contribuiu, sobretudo, para a compreensão dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico. Foi o primeiro titular do Ministério do Planejamento no Brasil.





Sérgio Silveira Melo

sergio.melo@smconsultoria.com.br

BIBLIOGRAFIA

Economista, contador e administrador de empresas, tendo atuado como professor, auditor independente, consultor, membro do Conselho de Contribuintes do MF. Foi Presidente do IBEF e é Autor de diversos livros e artigos.

PATRONO



João Gonçalves
de Sousa

Engenheiro agrônomo, mestre em sociologia rural e advogado. Atuou como Superintendente da SUDENE. Ministro do Interior. Delegado na OEA.





Silvana Parente

silvanaparente.neiva@gmail.com

BIBLIOGRAFIA

Doutora em Economia, Especialista em Desenvolvimento Regional e Micro finanças. Chefiou ETENE e implantou CREDIAMIGO no BNB. Foi Secretária de Planejamento do CE. É Diretora do IADH.

PATRONO



Rachel de Queiroz

Tradutora, romancista, escritora, jornalista, cronista política e dramaturga. A primeira mulher a entrar para a Academia Brasileira de Letras em 1977, e a primeira mulher a receber o Prêmio Camões. Seu primeiro romance “O Quinze”, ganhou o prêmio da Fundação Graça Aranha e impulsionou o “Romance Regionalista de 30” - (1910 a 2003).





ANEXOS



Foto: Criação da Academia Cearense de Economia (ACE) em 21 de janeiro de 2020, auditório da Associação dos Professores Universitários do Ceará na rua 24 de maio, 1230, Fortaleza, Ceará. Da esquerda para a direita os acadêmicos Gonzaga Mota, Pedro Sisnando, Lauro Chaves Neto, Raimundo Padilha, José Maria Porto, Ricardo Eleutério Rocha e Ricardo Coimbra. Na ocasião ocorreu a eleição da primeira Diretoria e Conselho Superior, a saber, Diretoria: presidente economista Lauro Chaves Neto, vice-presidente economista José Maria Porto Magalhães Sobrinho, diretor de administração e diretor de finanças economista Ricardo Aquino Coimbra, diretor de eventos e diretor de produção científica e cultural economista Ricardo Eleutério Rocha. Conselho Superior: economista Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, economista Pedro Sisnando Leite, economista Raimundo Francisco Padilha Sampaio. Cabe aqui um destaque histórico: nove dias após a criação da Academia, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de importância internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização. Posteriormente em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Observamos na foto que os acadêmicos ainda não faziam a utilização de máscaras que passou a ser prescrita posteriormente.



Foto: Notícia Posse ACE na UFC. A instalação e posse foi divulgada em várias mídias e contou com a presença de jornalistas de veículos de comunicação diversos.



Convite

Os Economistas abaixo nominados e membros efetivos da Academia Cearense de Economia, comunicam à sociedade cearense a instalação da Academia, em solenidade de acesso restrito, seguindo os protocolos de segurança, na terça-feira, 15 de fevereiro de 2022, às 9:00 horas, no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Na ocasião será empossada formalmente a 1ª Diretoria da Academia.

1ª Diretoria da Academia Cearense de Economia
Presidente: Lauro Chaves Neto
Vice-Presidente: José Maria Porto Magalhães Sobrinho
Secretário: Ricardo Aquino Coimbra
Diretor: Ricardo Eleutério Rocha

Conselho Superior da Academia Cearense de Economia
Luiz de Gonzaga Fonseca Mota
Pedro Sismundo Leite
Raimundo Francisco Padilha Sampaio

Convite Instalação e Posse da Academia Cearense de Economia (ACE) em 15 fevereiro 2022 na Universidade Federal do Ceará (UFC). Em decorrência da pandemia de Covid-19, a instalação e posse dos Acadêmicos ocorreu dois anos após a criação da ACE no auditório da Reitoria da UFC. No convite estão os nomes dos 20 Acadêmicos e os respectivos Patronos.

ACADÊMICOS	PATRONOS
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes	Raul Barbosa
Alci Porto Gurgel Júnior	Tomás Pompeu de Sousa Brasil Neto
Célio Fernando Bezerra Melo	Delmiro Gouveia
Firno Fernandes de Castro	Ari de Sá Cavalcantel
Henrique Jorge Medeiros Marinho	Cláudio Ferreira Lima
Jair do Amaral Filho	José Dias de Macêdo
José Maria Porto Magalhães Sobrinho	Francisco Ivens de Sá Dias Branco
Lauro Chaves Neto	Barão de Camocim (Geminiano Maia)
Luís Eduardo Fontenelle Barros	Djacir Menezes
Luiz de Gonzaga Fonseca Mota	Nilson Holanda
Mônica Alves Amorim	Bárbara de Alencar
Monica Clark Nunes Cavalcante	João Parente
Paulo Roberto Pinto	Martins Filho
Pedro Jorge Ramos Viana	Demócrito Dummar
Pedro Sisnando Leite	José Nílacio de Oliveira
Raimundo Francisco Padilha Sampaio	Virgílio de Moraes Fernandes Távora
Ricardo Aquino Coimbra	Edson Queiroz
Ricardo Eleutério Rocha	Celso Furtado
Sérgio Silveira Melo	João Gonçalves de Sousa
Silvana Maria Parente Neiva Santo	Rachel de Queiroz

Quadro ACE Acadêmicos e Patronos



Foto: Posse dos Acadêmicos em 15 de fevereiro de 2022 no auditório Professor Antônio Martins Filho, Universidade Federal do Ceará. A solenidade teve acesso restrito respeitando os protocolos de segurança vigentes na época.



Foto Posse ACE Acadêmicos e Convidados 15 fevereiro 2022. Observando as normas de segurança e o acesso restrito, a cerimônia contou com a presença de autoridades e intelectuais. O anfitrião foi o Professor Cândido Albuquerque então Reitor da Universidade Federal do Ceará.



Foto Reunião da ACE no Palácio da Luz. As primeiras reuniões da Academia Cearense de Economia ocorreram na sede da Academia Cearense de Letras (ACL). A ACL acolheu a Academia Cearense de Economia em sua sede, no Palácio da Luz, um belo prédio construído no período do Brasil Colônia. O Palácio, localizado na rua do Rosário, 01, no Centro de Fortaleza, serviu de sede oficial do Governo do Ceará de 1814 a 1970. No local funcionou também a Biblioteca Pública do Ceará e a Casa de Cultura Raimundo Cella.



10 - Cearense de Economia passam a ter lugar no Sebrae CE. Alci Porto, Diretor Técnico do Sebrae Ceará e membro da ACE, é o anfitrião



Foto I Café dos Acadêmicos. Em 28 de fevereiro ocorreu, no Sebrae Ce, o primeiro Café dos Acadêmicos com a palestra do Economista e Acadêmico Sérgio Melo intitulada "Tributos – Reforma Federal e ICMS Estadual". Os Cafés da Academia, de regularidade mensal, tem abordado nas primeiras palestras a Reforma Tributária em curso no país.



Foto Assinatura Convênio ACE e Jornal O Povo. Em 6 de fevereiro de 2023 o Grupo de Comunicação O Povo e a Academia Cearense de Economia (ACE) firmam acordo de cooperação técnica. Na foto, da esquerda para a direita, o presidente da ACE Lauro Chaves Neto, o acadêmico Raimundo Padilha, o diretor corporativo do Grupo O Povo Cliff Vilar e o economista e acadêmico Ricardo Eleutério Rocha





ATA DE CRIAÇÃO DA ACADEMIA CEARENSE DE ECONOMIA

Aos 21 dias do mês de janeiro de 2020, no auditório da Associação dos Professores Universitários do Ceará na rua 24 de maio, 1230, Centro, CEP 60.020-000, cidade de Fortaleza, Ceará, reuniram-se em assembleia geral, previamente convocada, todos os interessados em realizar este ato, maiores e capazes, domiciliados nesta cidade, lista de presença anexa.

Por indicação dos presentes foi o Senhor Lauro Chaves Neto escolhido para presidir os trabalhos, o qual convidou a mim, Ricardo Aquino Coimbra para Secretário.

Dando prosseguimento, o Sr. Presidente informou que a presente Assembleia visava deliberar sobre os seguintes assuntos:

1. Discussão e votação da proposta de constituição da Academia Cearense de Economia, associação de direito privado, sem fins lucrativos, religiosos ou políticos, consagrada à finalidade de contribuir para o desenvolvimento das ciências econômicas, particularmente no Estado do Ceará.

2. Eleição da 1ª Diretoria e Conselho Superior; e

3. Acadêmicos Fundadores

A proposta relativa ao item 1 obteve, por unanimidade, o assentimento dos presentes. Passou-se, então, à leitura do projeto de Estatuto Social da Academia, que, após discutido e realizados os esclarecimentos que se fizeram necessários, foi aprovado pelos presentes conforme documento apensado a esta.

Em seguida, o Presidente deu início ao processo de eleição para escolha dos membros a comporem a Diretoria e o Conselho Superior da Academia. Apurados os votos, ficam devidamente eleitos: presidente:

Lauro Chaves Neto, economista, brasileiro, natural de Fortaleza, Ceará, nascido em 25 de dezembro de 1968, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, RG 2195 Corecon-CE, CPF 232.131.163-00, residente e domiciliado na rua Cel Linhares, 60, apto.501, Meireles, CEP 60.170-240, Fortaleza, Ceará; filiação: Lauro Chaves Filho e Ana D'Áurea Ayres de Moura Chaves, conta de e-mail chavesneto@

uol.com.br e celular (85) 99981.5566; vice-presidente: José Maria Porto Magalhães Sobrinho, economista, brasileiro, natural da cidade de Fortaleza, Ceará, nascido em 15 de outubro de 1964, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, RG 26697 Corecon-CE, CPF nº 244.882.593-91, residente e domiciliado na rua Joaquim Nabuco, 3033, apto. 1203, São João do Tauape, CEP 60.120-315, Fortaleza, Ceará, filiação: Olavo Dias de Freitas e Maria Carmelita Magalhães de Freitas, conta de e-mail: jimporto@valorizeconsultoria.com e celular (85) 9 8899.4427; diretor de administração e diretor de finanças: Ricardo Aquino Coimbra, economista, brasileiro, natural de Fortaleza, Ceará, nascido em 08 de agosto de 1971, solteiro (união estável), RG 2575 Corecon-CE, CPF 289.247.383-72, residente e domiciliado na avenida Min. José Américo, 150, apto. 1223, Parque Iracema, CEP 60.824-245, Fortaleza, Ceará, filiação: José Antônio de Britto Coimbra e Francisca Nelma Aquino Coimbra, conta de e-mail ricardo.coimbra@gmail.com e celular (85) 99971.8271; diretor de eventos e diretor de produção científica ou cultural: Ricardo Eleutério Rocha, economista, brasileiro, natural de Fortaleza, Ceará, nascido em 16 de abril de 1959, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, RG 1457 Corecon-CE, CPF 185.726.931-49, residente e domiciliado na rua Alberto Feitosa Lima 180, ap. 302, Guararapes, CEP 60.810-018, Fortaleza, Ceará, filiação: Antônio Ayrton de Aguiar Rocha e Maria Estela Eleutério Rocha, conta de e-mail ricardor@unifor.br e celular (85) 99984.1640;

Conselho superior: Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, economista, brasileiro, natural de Fortaleza, Ceará, nascido em 09 de dezembro de 1942, casado sob regime de comunhão parcial de bens, RG 1340 Corecon-CE, CPF 013.297.663-34, residente e domiciliado na rua Jose Vilar, 2350, apto. 800, Dionísio Torres, CEP 60.125-001, Fortaleza, Ceará, filiação: Fernando Cavalcante Mota e Maria Helena Fonseca Mota, conta de e-mail luizgmota@yahoo.com.br e celular (85) 99676.0091; Pedro Sisnando Leite, economista, brasileiro, natural de Santana do Cariri, Ceará, nascido em 13 de maio de 1933, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, RG 210 Corecon-CE, CPF 000.414.083-49, residente e domiciliado na rua Doutor Zamenhof, 400, apto. 1301, Cocó, CEP 60.192-280, Fortaleza, Ceará, filiação: Álvaro Sisnando Leite e Antônia Guedes Sisnando, conta de e-mail psisnando@terra.com.br e celular (85) 99982.7646; e Raimundo Francisco Padilha

Sampaio, economista, brasileiro, natural de Fortaleza, Ceará, nascido em 26/07/1936, casado sob regime de comunhão parcial de bens, RG 41 Corecon-Ce, CPF 000.386.363-87, residente e domiciliado na rua Silva Paulet, 300, apto. 601, Meireles, CEP 60.120-020, Fortaleza, Ceará, filiação: José Carvalho Sampaio e Estela Padilha Sampaio, conta de e-mail rdopadilha@gmail.com e celular (85) 99662.8205, foram considerados e declarados eleitos, foram, neste ato, empossados e legitimados a exercerem as funções para o período de 21/01/2020 a 13/08/2020.

Por fim, o Presidente deu início ao processo de eleição para escolha dos Acadêmicos Fundadores. Apurados os votos, foram considerados vencedores, os supra qualificados:

Lauro Chaves Neto, José Maria Porto Magalhães Sobrinho, Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Pedro Sisnando Leite, Raimundo Francisco Padilha Sampaio, Ricardo Aquino Coimbra e Ricardo Eleutério Rocha. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a assembléia, da qual foi lavrada a presente ata para que se cumpram os fins legais.

Fortaleza, 21 de janeiro de 2020.

Lauro Chaves Neto / Presidente

José Maria Porto Magalhães Sobrinho / Vice-presidente

Ricardo Aquino Coimbra / Secretário / Diretor de administração / Diretor de finanças

Ricardo Eleutério Rocha / Diretor de eventos / Diretor de produção científica ou cultural

Luiz de Gonzaga Fonseca Mota/ Conselho superior

Pedro Sisnando Leite / Conselho superior

Raimundo Francisco Padilha Sampaio / Conselho superior



ESTATUTO DA ACADEMIA CEARENSE DE ECONOMIA

Cap. 1 – DA ACADEMIA E SEUS OBJETIVOS

Art. 1º – A Academia Cearense de Economia, fundada na cidade de Fortaleza em 21 de janeiro de 2020 é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, religiosos ou políticos, consagrada à finalidade de contribuir para o desenvolvimento das ciências econômicas, particularmente no Estado do Ceará.

Parágrafo primeiro – A ACE terá sede e foro jurídico na cidade de Fortaleza;

Parágrafo segundo – Será situada na avenida Oliveira Paiva, 1.600, loja 11, Cidade dos Funcionários, CEP 60.822-130, Fortaleza, Ceará; e

Parágrafo terceiro – O prazo de duração é por tempo indeterminado.

Art. 2º – Para cumprimento e zelo do disposto no artigo anterior, a ACE:

- a) Promoverá eventos científicos amplos ou restritos, na forma de cursos, congressos, simpósios, conferências ou excursões;
- b) Auxiliará, por todos os meios ao seu alcance, as atividades científicas a que se dediquem seus membros bem assim os projetos de cunho científico ou cultural que embora elaborados por pessoas ou instituições estranhas à Academia, sejam de reconhecido interesse para o desenvolvimento científico regional;
- c) Promoverá a divulgação, a nível técnico ou popular, de trabalhos científicos, preferentemente aqueles de autoria de seus acadêmicos;
- d) Procurará estabelecer e manter liames de intercâmbio e colaboração com associações científicas e entidades congêneres do país ou do exterior e em particular, com a Academia Nacional de Economia.

Cap. 2 – DO QUADRO SOCIAL

Art. 3º – O quadro social da Academia é constituído por 40 (quarenta) membros efetivos, doravante denominados de acadêmicos.

§ 1º Os acadêmicos fundadores serão convidados, após aprovação por maioria na comissão de instalação da ACE, e empossados, de acordo com os preceitos estatutários, em quantidade parcelada sugerida pela

Diretoria e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária.

§ 2º Os acadêmicos não fundadores serão eleitos e empossados, de acordo com os preceitos estatutários, em quantidade parcelada sugerida pela Diretoria e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária.

Cap. 3 – DAS CONDIÇÕES PARA INGRESSO.

Art. 4º – Para ingresso na Academia, como membro efetivo, exigir-se-á dos candidatos o preenchimento, cumulativamente, dos seguintes requisitos:

I – Reconhecida competência no exercício de atividades no campo da ciência econômica;

II – Notória contribuição à ciência econômica, mediante a publicação de trabalhos, pesquisas e estudos realizados, ou comprovado destaque profissional no desempenho de cargos ou funções em órgãos públicos ou em organizações de natureza privada;

III – Idoneidade moral.

§ 1º A apresentação da candidatura a acadêmico da ACE ocorrerá por manifesto por escrito, apresentação do currículo, exposição de motivos da candidatura e pagamento de taxa de inscrição de $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

Art. 5º – A eleição de membro efetivo da Academia, entre os inscritos, observará os preceitos seguintes:

I – Apresentação subscrita por pelo menos três (3) acadêmicos, instruída com o currículo do candidato, acompanhada de títulos e documentos justificativos da candidatura;

II – Exame preliminar da candidatura pela Diretoria, para verificação do preenchimento dos requisitos a que se refere o art. 4º;

III – Preenchidos os requisitos, registro da candidatura para deliberação da Assembleia Geral Extraordinária;

IV – Escolha, por voto secreto, sendo considerado eleito aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos, existindo segundo turno e votações sucessivas até alcançar a maioria absoluta;

V – Investidura ao cargo, em posse solene, a ser realizada em data fixada em Assembleia Geral Extraordinária em que ocorreu a eleição.

Art. 6º - A investidura, como acadêmico, é de caráter permanente, podendo ser interrompida em caso de morte ou por desligamento, na forma deste Estatuto.

§ 1º - O acadêmico poderá solicitar o seu desligamento da ACE, a qualquer tempo;

§ 2º - O acadêmico poderá ainda ser desligado no caso de descumprimento dos deveres aqui estatuídos, após relatório conclusivo elaborado por comissão designada com fim específico e submetido à apreciação de Assembleia Geral Extraordinária de que trata o Art. 15 deste Estatuto.

Cap. 4 - DOS DIREITOS E DEVERES DO ACADÊMICO.

Art. 7º - Constituem direitos do acadêmico:

- I - Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II - Participar com voz e voto nas Assembleias e Reuniões Plenárias;
- III - Ter acesso a documentos, acompanhar processos, procedimentos e providências outras registradas ou de interesse da Academia.

Art. 8º - Constituem deveres do acadêmico:

- I - Respeitar e fazer respeitar este Estatuto, o Regimento Interno e as normas deles decorrentes;
- II - Participar das reuniões programadas pela Academia;
- III - Contribuir para o engrandecimento da instituição;
- V - Acatar as decisões dos órgãos deliberativos e zelar pelo conceito institucional da Academia;
- V - Contribuir financeiramente para a manutenção da Academia com uma anuidade de $\frac{1}{2}$ salário mínimo a ser paga no mês de janeiro de cada ano ou no mês de ingresso para novos acadêmicos.

§ 1º - Os membros da Academia não respondem, individual ou solidariamente, pelas obrigações contraídas em nome dela por seus representantes legais.

§ 2º - Os componentes da Diretoria de Instalação contribuirão com uma taxa de R\$200,00 cada um para custear as despesas de instalação e registro.

Cap. 5 – DOS PATRONOS.

Art. 9º - Os acadêmicos ocupam cadeiras, com numeração representativa, cujos patronos, com designação em caráter perpétuo, são vultos da Economia, ou na Ciência ou no Mundo Empresarial, preferencialmente da Economia, ou que contribuíram efetivamente para o Desenvolvimento do Estado do Ceará, falecidos e de notoriedade histórica.

§ 1º - Os Patronos das Cadeiras a serem ocupadas pelos Acadêmicos Fundadores serão designados pela comissão de instalação por maioria dos votos;

§ 2º - As cadeiras seguintes até o preenchimento da 40ª. (quadragésima) cadeiras serão preenchidas por nomes sugeridos pela Diretoria e aprovados por maioria do colegiado;

§ 3º - Em caso de rejeição, outro nome será apresentado e, persistindo a rejeição, repetir-se-á igual forma de procedimento até que haja uma aprovação;

§ 4º - As substituições de acadêmicos nas formas previstas neste Estatuto, não implicarão, sob qualquer hipótese, em mudança da designação dos patronos já definidos.

Cap. 6 – DAS LÁUREAS ACADÊMICAS.

Art. 10º - A Academia poderá agraciar personalidades nacionais ou estrangeiras, de elevada projeção intelectual, com o título de membro honorário ou membro benemérito.

§ 1º - O título de membro honorário da Academia poderá ser conferido a personalidades de notória projeção, como reconhecimento pela realização de trabalhos de excepcional valor para enriquecer a ciência econômica.

§ 2º - O título de membro honorário poderá ser conferido a personalidades como reconhecimento por relevantes serviços prestados à instituição e que tenham contribuído para a consecução dos objetivos da ACE. O título de benemérito poderá ser conferido a Pessoas Físicas e/ou Jurídicas que contribuam para a manutenção da ACE

§ 3º - A concessão das láureas a que se refere este artigo será aprovada por maioria absoluta de votos, em Assembleia Geral, devendo a indicação

ser feita por proposta fundamentada de qualquer dos membros efetivos.
§ 4º - O número de láureas acadêmicas não poderá exceder duas (2) por ano.

Cap. 7 - DA ADMINISTRAÇÃO.

Art. 11. São órgãos administrativos da Academia:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Superior; e
- IV - Conselho Fiscal

Art. 12. A Assembleia Geral, órgão máximo deliberativo da Academia, constituir-se-á pelos membros efetivos em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 13. Compete à Assembleia Geral:

- I - Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II - Aprovar modificações deste Estatuto;
- III - Decidir sobre matéria apresentada pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal ou por requerimento assinado por mais de dois terços (2/3) dos acadêmicos em dia com suas obrigações estatutárias;
- IV - Deliberar sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens da Academia, por maioria de dois terços (2/3) dos acadêmicos em dia com suas obrigações estatutárias;
- V - Decidir sobre a dissolução social da Academia, em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especificamente para tal fim e por maioria de dois terços (2/3) dos acadêmicos em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 14. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, para:

- I - Apresentar e debater planos, programas e projetos capazes de contribuir para o alcance dos objetivos da Academia;
- II - Apreciar o relatório anual da Diretoria, discutir e votar as contas e o balanço anual, após o exame e a emissão de parecer pelo Conselho Fiscal;
- III - Adotar providências para a realização de eleição, visando a composição da Diretoria e do Conselho Fiscal, trienalmente, no mês de

julho, mediante constituição de comissão especial designada e composta por 3 (três) acadêmicos;

IV – O mandato da Diretoria iniciar-se-á no dia 13 de Agosto, Dia do Economista, de cada biênio.

Art. 15. A Assembleia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, para:

I – Atender convocação da Diretoria ou do Conselho Fiscal;

II – Cumprir convocação requerida por 2/3 (dois terços) dos acadêmicos em dia com suas obrigações estatutárias;

III – Acolher, em solenidade convocada para esse fim, os novos acadêmicos;

IV – Atuar como Tribunal de Ética no julgamento dos processos de que trata o Parágrafo 2º. do Art.

5º. deste estatuto.

V – Este Estatuto somente poderá ser reformado, parcial ou totalmente, em casos especiais, com aprovação da maioria de seus membros em comunhão, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária, convocada para esse fim.

§ único Na Assembleia Geral Extraordinária somente será apresentado, discutido e votado assuntos objeto de sua convocação, expressos em edital convocatório.

Art.16. A convocação para a Assembleia Geral será feita por edital, afixado em local visível na sede da Academia, bem como por correspondência enviada aos acadêmicos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data para a qual está convocada.

§ único Qualquer Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com mais de 2/3 (dois terços) dos acadêmicos, em dia com suas obrigações estatutárias, e, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois daquela, se prevista no edital, com qualquer número de acadêmicos.

Art. 17. A Academia reunir-se-á mensalmente, em Reuniões Plenárias, constituídas pelos membros efetivos, em datas previamente agendadas, para deliberar sobre temas que não sejam afetos obrigatoriamente às Assembleias Gerais.

§ 1º - Independentemente de serem fixadas em calendário, as Reuniões Plenárias deverão ser convocadas com pelo menos três (3) dias úteis de antecedência, com pauta definida;

§ 2º - As Reuniões Plenárias realizar-se-ão com qualquer número de acadêmicos e deliberarão sobre os temas da pauta, exceto quando houver estatutariamente quórum mínimo determinado.

Art.18. A Diretoria é composta por um 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-presidente, 1 (um) Diretor de Administração, 1 (um) Diretor de Finanças, 1 (um) Diretor de Eventos, 1 (um) Diretor de Produção Científica ou Cultural, Conselho Superior formado por 3 (três) Acadêmicos Fundadores e todos os

Ex-Presidentes, Conselho Fiscal formado por 3 (três) acadêmicos, eleita pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleita.

§ 1º - A primeira composição da Diretoria a ser eleita pela comissão de instalação para um mandato de 21/01/2020 a 13/08/2020 constará de Presidente, Vice, Secretário, Diretor e Conselho Superior.

§ 1º - As diretorias serão eleitas para um mandato de dois anos, permitida a reeleição, sempre no mês de junho, para início do mandato no dia 13 de agosto, Dia do Economista;

Art.19. Compete à Diretoria:

I - Propor, até o mês de novembro de cada ano, um programa de atividades para o exercício seguinte;

II - Elaborar, até o final do mês de fevereiro de cada ano, o relatório de atividades do exercício anterior, que deverá ser apreciado em Assembleia Geral;

III - Manter entendimentos com entidades públicas e privadas, para mútua colaboração em atividades de interesse comum, observadas as finalidades sociais;

IV - Contratar e dispensar empregados;

V - Criar comissões para fins específicos.

Parágrafo Único - Ao criar comissões específicas, a diretoria indicará o

seu presidente, cabendo a este a definição dos 2 (dois) outros integrantes;

Art.20. A Diretoria reunir-se-á sempre que se faça necessário, por convocação do Presidente.

Art.21. Compete ao Presidente:

I - Representar a Academia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo nomear procurador qualificado;

II - Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e a legislação regulamentadora da instituição;

III - Presidir as Assembleias Gerais;

IV - Presidir as Reuniões Plenárias;

V - Presidir as reuniões de Diretoria;

VI - Movimentar contas bancárias, em conjunto com o Diretor de Finanças.

Art. 22. Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos, assumir de forma efetiva, até o final do mandato, o cargo de Presidente, no caso de vacância e, quando solicitado, prestar colaboração ao Presidente.

Art. 23. Compete aos diretores de Administração, de Finanças, de Eventos e de Produção Científica/Cultural determinar e coordenar as atividades administrativas, econômico-financeiras e culturais, respectivamente, apresentando ao Presidente o planejamento geral e setorial de suas diretorias, fornecendo, semestralmente, relatório sucinto das atividades desenvolvidas, carências surgidas e sugestões objetivando melhorias para a Academia.

Parágrafo único - Compete ao Diretor de Finanças movimentar, em conjunto ou isoladamente como Presidente, a conta bancária da Academia. Acompanhar a Contabilidade e apresentar trimestralmente as demonstrações e prestação de contas.

Art. 24. As normas de procedimento e as resoluções aprovadas pela Diretoria e matérias outras de iniciativa da Assembleia Geral estabelecerão metas detalhadas, dentro das finalidades da Academia, para o seu pleno e efetivo funcionamento.

Art. 25. O Conselho Fiscal é composto por três 3 (três) Conselheiros Efetivos e 3 (três) Conselheiros Suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos.

§ 1º – Os membros efetivos escolherão, entre si, o presidente do Conselho;

§ 2º – O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o mandato da Diretoria.

Art. 26. Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar e fiscalizar todos os documentos contábeis e fiscais da Academia;

II – Examinar e fiscalizar os balancetes e balanços, verificando toda a documentação concernente à receita e à despesa realizada;

III – Opinar sobre aquisição e alienação de bens da Academia, no tocante às obrigações contábeis e fiscais;

IV – Solicitar informações e documentação à Presidência e às Diretorias, sempre que julgar necessárias para o fiel cumprimento das atividades e das obrigações do Conselho;

V – Comunicar, de imediato, à Presidência ou à Diretoria quaisquer irregularidades, cometimentos equivocados ou omissões que venham a identificar;

VI – Assessorar, com informações e sugestões, o Presidente, os Diretores e a Assembleia Geral.

Art. 27. O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I – Ordinariamente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano para analisar e oferecer pareceres sobre balancetes, balanços, inventários, relatórios e demais documentos relativos à contabilidade e às atividades econômico-financeiras da instituição;

II – Extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação de qualquer de seus integrantes, do Presidente e da Diretoria da Academia, ou da Assembleia Geral.

Cap. 8 – DO PATRIMÔNIO.

Art. 28. O patrimônio da Academia constitui-se de bens móveis, imóveis,

ações, títulos, contribuições dos sócios, doações e donativos que possua ou venha a possuir.

Art. 29. No caso de dissolução da Academia, prevista no inciso V do artigo 12 deste Estatuto, o destino dos bens patrimoniais será transferido a outra pessoa jurídica congênere, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Cap. 9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 30. No prazo de 90 (noventa) dias da aprovação deste Estatuto, a diretoria apresentará para aprovação em Reunião Plenária, proposta de Regimento Geral da Academia.

Art. 31. Os membros da Academia não serão responsáveis, subsidiariamente, pelos atos praticados pela Diretoria.

Art. 32. Quaisquer dúvidas ou omissões porventura existentes, ou que venham a ocorrer, quando da aplicação deste Estatuto, serão dirimidas pela Diretoria e submetidas ao referendo da Assembleia Geral.

Art. 33. Este Estatuto vigorará a partir da data de seu registro em Cartório. Fortaleza, 21 de janeiro de 2020.

Lauro Chaves Neto Presidente, economista, brasileiro, natural de Fortaleza, Ceará, nascido em 25 de dezembro de 1968, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, RG 2195 Corecon-CE, CPF 232.131.163-00, residente e domiciliado na rua Cel Linhares, 60, apto.501, Meireles, CEP 60.170-240, Fortaleza, Ceará; filiação: Lauro Chaves Filho e Ana D'Áurea Ayres de Moura Chaves, conta de e-mail lchavesneto@uol.com.br e celular (85) 99981.5566.

Ricardo Aquino Coimbra Secretário, economista, brasileiro, natural de Fortaleza, Ceará, nascido em 08 de agosto de 1971, solteiro (união estável), RG 2575 Corecon-CE, CPF 289.247.383-72, residente e domiciliado na avenida Min. José Américo, 150, apto. 1223, Parque Iracema, CEP 60.824-245, Fortaleza, Ceará, filiação: José Antônio de Britto Coimbra e Francisca Nelma Aquino Coimbra, conta de e-mail ricardo.coimbra@gmail.com e celular (85) 99971.8271.



2025